

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 2 de junho de 2026 • Nº 2310 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## Especial

Seguro de crédito à exportação ganha espaço

PÁGINA 5

## FUNDO MONETÁRIO

### FMI projeta crescimento de 2,5% do PIB brasileiro

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, ontem, uma nota na qual elogia a “notável resiliência” da economia brasileira diante dos “múltiplos choques” que têm ocorrido em um contexto de pressões externas e internas pelas quais passa o país. Segundo a entidade, o Brasil está “relativamente protegido dos aumentos globais de preços do petróleo decorrentes da guerra no Oriente Médio”. A constatação leva em conta a condição do país enquanto exportador de petróleo e a alta participação de fontes de energia renováveis na geração de eletricidade. As manifestações foram divulgadas após o encerramento, na sexta-feira, da missão anual que fez ao Brasil. Segundo o chefe da missão, Daniel Leigh, os indicadores “apontam para uma recuperação econômica no início de 2026”, o que deve levar o país a um “fortalecimento gradual do crescimento para cerca de 2,5% no médio prazo”. Apesar da avaliação positiva, o FMI alerta para riscos no cenário internacional. “Os riscos para as perspectivas de crescimento estão inclinados para o lado negativo, incluindo a deterioração das tensões geopolíticas e o aperto das condições financeiras”, alerta Leigh. **PÁGINA 3**

## JULGAMENTO

### Júri do caso Henry já é o mais longo do Rio

O julgamento do caso Henry, no 2º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, entrou no oitavo dia seguido ontem. Desta forma, a sessão se torna a mais longa do Tribunal do Júri no estado do Rio, superando a da deputada federal cassada Flordelis. Jairo Souza Santos Júnior, conhecido como Dr. Jairinho, e Monique Medeiros da Costa e Silva, são réus no processo que julga a morte do filho dela, Henry Borel, aos 4 anos, em março de 2021. **PÁGINA 5**

## PRIMEIRO TRIMESTRE

### Prejuízo dos Correios aumenta 83,02% e atinge R\$ 3,158 bilhões

Os Correios informaram ontem, um resultado líquido negativo de R\$ 3,158 bilhões nos três primeiros meses de 2026, conforme balanço publicado. O prejuízo representa alta de 83,02% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior, quando houve um déficit de R\$ 1,725 bilhão. As despesas gerais e administrativas, bem como as despesas finan-

ceiras, foram os fatores que impulsionaram o saldo negativo no primeiro trimestre. Foram gastos R\$ 2,26 bilhões na conta que engloba, por exemplo, custo com pessoal e contratação de serviços advocatícios. Um fator de forte pressão foi o demonstrativo das contingências, já que a estatal está envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista. **PÁGINA 2**

## IRREGULARIDADES



LULA MARQUES/ABRASIL

### TCE rejeita contas de 2025 do ex-governador Cláudio Castro

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) rejeitou, ontem à tarde, as contas do ex-governador Cláudio Castro (PL) (foto) referentes ao ano de 2025. A votação, que tinha sido adiada após um pedido de vista na semana passada, terminou com três votos contra a aprovação e um favorável às contas de Castro. Com o resultado, o parecer prévio desfavorável segue para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

Janeiro (Alerj), que é responsável pela avaliação final do caso. Votaram pela rejeição o relator revisor José Gomes Graciosa e os conselheiros Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerrren. O único contrário aos demais e a favor da aprovação foi do conselheiro relator Rodrigo Melo do Nascimento. O voto divergente de Graciosa, que liderou a maioria, apontou cinco irregularidades. **PÁGINA 7**

## PGFN



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

### Procuradoria da Fazenda cobra dívidas com FGTS

A partir desta segunda-feira, a gestão e a cobrança dos débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inscritos em dívida ativa passarão a ser feitas exclusivamente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). De acordo com o procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, Theo Lucas Borges (foto), a mudança vai facilitar a transação para quem quer pagar a dívida e será benéfica para quem vai receber. **PÁGINA 2**

## INDICADORES

IBOVESPA -0,39% / 175.063,41 / -680,96 / Volume: 21.293.616.199 / Negócios: 2.875.380				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo										
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		Ufir-RJ		IPCA		CDI				
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Preço	%	Preço	%	Preço	%	Preço	%			
POLY8L	0,030		BSLI3	3,87	+13,49	+0,46	ONCO3	1,310	-25,14	-0,440	Dow Jones	50.668,97	+0,05	R\$ 1.621,00	2,73% (abr.)	R\$ 4.9604	0,67% (abr.)	5,9295	6,1095			
SPGS6L	0,020		PMAM3F	0,36	+12,50	+0,04	ONCO3F	1,300	-23,98	-0,410	S&P 500	7.563,63	+0,58	Taxa Selic	(29/04)	14,50%	(29/04)	14,40%	5,0517	+0,12%		
RAIZ4	0,340	-19,05	-0,080	BSLI3F	3,87	+11,53	+0,40	RAIZ4	0,340	-19,05	-0,080	US Tech 100	29.431,2	+0,87	TR	(28/05)	0,1706%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 732,05	5,0311	5,0317
CSAN3	3,94	-1,75	-0,07	BIED3	8,39	+9,82	+0,75	AAZUL97	9,900	-12,93	-1,470	Euronext 100	1.844,64	-0,02	Poupança	(28/05)	0,6715%	EURO Comercial	Compra: 5,8595	Venda: 5,8601	5,0531	5,2331
PETR4	42,51	-0,72	-0,31	HAGA4F	1,66	+7,79	+0,12	RAIZ4F	0,360	-12,20	-0,050	FTSE 100	10.425,96	-0,75								

**MERCADOS**

## Bovespa inicia junho aos 172 mil pontos, com queda de 0,91%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve pressionada pela quinta sessão consecutiva, ontem em grau maior do que nas anteriores, ainda sob o efeito, em especial, das idas e vindas entre EUA e Irã, em meio a novos sinais de ruptura do frágil diálogo após a retomada de ofensiva de Israel no Líbano. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima de 171.792,82, em queda superior a 1%, e máxima de 173.975,31 pontos, perto do nível da abertura, de 173.790,08 pontos. No fechamento, no menor patamar desde 21 de janeiro, marcava 172.197,46 pontos, em baixa de 0,91%. O giro financeiro foi de R\$ 28,4 bilhões nesta abertura de junho. No ano, o índice limita alta a 6,87%.

Dessa forma, na B3, o começo do último mês do semestre foi marcado pela cautela que tem prevalecido, quase linearmente, desde a mais recente renovação de recordes pelo Ibovespa, em 14 de abril, com reversão do fluxo estrangeiro para mercados como Nova York e outros com exposição a tecnologia, na Ásia.

Em Nova York, os principais índices de ações seguem nas máximas históricas, apesar das incertezas em torno de EUA-Irã. Nesta segunda, no fechamento, Dow Jones +0,09%, S&P 500 +0,26% e Nasdaq +0,42%.

Sem exposição a tecnologia na B3, à exceção de Petrobras (ON +1,31%, PN +0,88%) -que acompanhou bem ao longe nova escalada do petróleo - o dia foi em geral negativo para as demais ações de primeira linha, como Vale (ON -1,35%) e Itaú (PN -1,65%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Totvs (+4,32%), Brava (+2,57%) e Cosan (+2,11%). No lado oposto, Minerva (-5,15%), RD Saúde (-4,44%) e Suzano (-3,01%).

**DÓLAR**

Amparado pela valorização do petróleo, o real avançou no primeiro pregão de junho, apesar da onda global de fortalecimento da moeda norte-americana com o aumento das tensões no Oriente Médio. Com mínima de R\$ 5,0122, o dólar à vista fechou em baixa de 0,4%, a R\$ 5,0227, após alta de 1,82% em maio. No ano, as perdas da moeda norte-americana são de 8,5%

**FRAUDE FINANCEIRA**

## TCU abre processo para analisar empréstimo de até R\$ 6,5 bi ao BRB

JOÃO CAIRES/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para analisar a operação financeira estruturada para viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,5 bilhões ao Banco de Brasília (BRB), em uma iniciativa que busca reforçar a capitalização da instituição financeira controlada pelo governo do Distrito Federal.

O processo foi autuado a partir de representação apresentada pelo subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), Lucas Furtado.

A matéria está sob relatoria do ministro Jhonatan de Jesus e a instrução será conduzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

Segundo o registro processual, a representação tem como objeto a operação financeira destinada a viabilizar um empréstimo ao BRB com lastro em recursos captados pelo Distrito Federal junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A operação foi homologada na última semana pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), após acordo firmado entre o governo federal e o governo do Distrito Federal.

Pelo entendimento, o BRB poderá receber uma capitalização equivalente a até 16% da receita corrente líquida do Distrito Federal, valor estimado em cerca de R\$ 6 bilhões.

O financiamento será concedido pelo FGC, entidade privada mantida por contribuições do sistema bancário, sem aporte direto de recursos do Tesouro Nacional.

Como contrapartida, o Distrito Federal oferecerá garantias lastreadas em seu orçamento, mecanismo que contou com a anuência da União devido à participação de recursos federais na composição das receitas do ente federativo.

A operação foi desenhada após o agravamento da situação financeira do BRB. Investigações da Polícia Federal apontam supostas irregularidades em operações realizadas entre o banco e o Banco Master durante a gestão anterior da instituição.

A abertura do processo no TCU não representa conclusão sobre a legalidade ou regularidade da operação. Com a autuação da representação, as áreas técnicas da Corte passarão a examinar os fundamentos do acordo, a estrutura das garantias e os potenciais impactos fiscais e financeiros da operação antes de eventual manifestação do relator ou do plenário.

**PRIMEIRO TRIMESTRE**

# Prejuízo dos Correios sobe 83,02% e atinge R\$ 3,158 bi

RENAN MONTEIRO/AE

Os Correios informaram ontem, um resultado líquido negativo de R\$ 3,158 bilhões nos três primeiros meses de 2026, conforme balanço publicado. O prejuízo representa alta de 83,02% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior, quando houve um déficit de R\$ 1,725 bilhão.

As despesas gerais e administrativas, bem como as despesas financeiras, foram os fatores que impulsionaram o saldo negativo no primeiro trimestre.

Foram gastos R\$ 2,26 bilhões na conta que engloba, por exemplo, custo com pessoal e contratação de serviços advocatícios. Um fator de forte pressão foi o demonstrativo das contingências, já que a estatal está envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. O total do primeiro trimestre de 2025, referente às despesas gerais e administrativas, foi de R\$ 1,22 bilhão.

Em outra frente, as despesas financeiras passaram de R\$ 282,9 milhões para R\$ 985 milhões, no mesmo período de comparação. Elas foram puxadas especialmente por encargos do financiamento da dívida interna (juros e IOF). Houve reconhecimento de juros e multas de tributos incidentes sobre impostos de impor-



DIVULGAÇÃO

tação no período de 2025 e no primeiro trimestre de 2026.

Para viabilizar a liquidez no curto prazo, os Correios anunciaram em novembro passado a operação de crédito com aporte de até R\$ 20 bilhões. O Tesouro Nacional aprovou um empréstimo inferior, de até R\$ 12 bilhões, aos Correios. Uma capitalização adicional de até R\$ 8 bilhões segue em tratativa.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu dar ciência ao governo

federal sobre a possível violação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com a ausência de verificação "própria e independente" das premissas financeiras que embasaram o plano de reestruturação dos Correios Também foi comunicado que houve insuficiência da análise sobre a capacidade de pagamento da estatal para fins de concessão de garantia da União e operação de crédito no valor de R\$ 12 bilhões.

Segundo a Corte de Contas,

esse segundo ponto "afronta" o dispositivo que trata da capacidade de pagamento de empresas estatais em operações de crédito, previsto no decreto de janeiro de 2024 (nº 11.907/2024).

O TCU também alertou o Poder Executivo Federal que há ampliação "da exposição" da União com a ausência de avaliação externa sobre as premissas de receitas, despesas e fluxos de caixa que fundamentam os planos de equilíbrio econômico-financeiro de estatais.

**INVESTIMENTO**

## Fundo chinês acerta participação minoritária na Aliança Energia

LUCIANA COLLET/AE

A Aliança Geração de Energia, joint venture entre o Global Infrastructure Partners (GIP) e a Vale, deve passar a contar em breve com um investidor chinês. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou que o Cang Yuan Investment Co. adquira uma participação minoritária e sem direito

de controle na empresa, o que deve ser feito por meio do GIP Horizon Co-Invest L.P.

O aval para a operação foi publicado ontem, no Diário Oficial da União. Outros detalhes da transação, como o montante envolvido e a futura estrutura societária não foram divulgados.

O Cang Yuan Investment é uma subsidiária integral do Silk Road Fund Co., Ltd. (SRF), fun-

do criado pelo governo chinês com o objetivo promover o desenvolvimento da Iniciativa da Nova Rota da Seda (Belt and Road), programa chinês voltado a apoiar investimentos em infraestrutura, energia e recursos naturais, cooperação industrial, cooperação financeira e desenvolvimento sustentável.

Ao Cade, o fundo afirmou que a compra da participação

minoritária na Aliança representa uma oportunidade de investimento estrangeiro no setor de energia no Brasil.

Já a Aliança Energia disse que a operação é uma oportunidade para atrair um novo investidor "que poderá acelerar o crescimento da companhia, fortalecer sua capacidade operacional e reforçar sua posição no mercado brasileiro de energia renovável".

**PGFN**

## Procuradoria da Fazenda Nacional passa a cobrar dívidas com o FGTS

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A partir desta segunda-feira, a gestão e a cobrança dos débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inscritos em dívida ativa passarão a ser feitas exclusivamente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Cerca de R\$ 66,8 bilhões, referentes a 500 mil inscrições na dívida ativa do fundo, serão migrados do sistema da Caixa Econômica Federal para a procuradoria.

Atualmente, essa gestão é feita de forma compartilhada entre as duas instituições. A previsão é que a migração esteja completa até o final deste mês. Para julho, a PGFN já anunciou um edital de transações sobre esses débitos, para que os devedores consigam regularizar a situação com des-

contos em juros e multas.

A dívida ativa do FGTS é composta pelos valores que deveriam ter sido pagos aos trabalhadores pelo empregador. Se o valor não for pago e nem parcelado, ele é inscrito em dívida ativa.

A consulta, renegociação e emissão de guias de pagamento de débitos em dívida ativa, ajuizados ou não, deverão ser feitas exclusivamente pelo Regularize, o portal de serviços da PGFN.

Uma vez recuperados, os valores devidos vão direto para as contas do FGTS dos trabalhadores.

Continuarão sob gestão da Caixa os débitos administrativos - ainda não inscritos em dívida ativa - ou que já possuem parcelamento ativo pelo banco, até a quitação ou rescisão. A emissão do Certificado de Regularidade do

FGTS (CRF) também segue sob responsabilidade da instituição.

**INDIVIDUALIZAÇÃO**

Após a migração, a individualização dos valores, isto é, o detalhamento do valor devido a cada trabalhador, também deverá ser feita diretamente no Regularize.

Os empregadores terão o prazo máximo de 30 dias para fazer a individualização dos débitos, sob pena de não obtenção do CRF e da rescisão da negociação firmada na PGFN. De acordo com o procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, Theo Lucas Borges, a mudança vai facilitar a transação para quem quer pagar a dívida e será benéfica para quem vai receber.

No médio prazo, segundo Borges, a partir do ano que vem a

PGFN vai aumentar a transparência dos créditos inscritos em favor dos trabalhadores, com a possibilidade de consulta individualizada no portal da procuradoria.

"Hoje, o trabalhador tem dificuldade em saber o que tem (a receber). Vamos disponibilizar para que qualquer brasileiro veja se tem crédito de FGTS de sua titularidade e que está sendo cobrado pela PGFN", explicou Borges, em coletiva de imprensa nesta segunda-feira. "E vamos notificar o trabalhador todas as vezes que recuperarmos crédito pertencente a ele", acrescentou o adjunto da PGFN. O objetivo da migração é padronizar os procedimentos e a organização dos fluxos de gestão da dívida ativa em uma única instituição, que a partir de agora é a PGFN, que já faz a gestão da dívida ativa da União.

"Com a mesma agilidade e tecnologia que a gente cobra os créditos fazendários, vamos cobrar os créditos fundiários, que pertencem ao trabalhador e estão inscritos na dívida ativa do fundo", disse Borges.

Diário do  
**Acionista**

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

**PUBLICIDADE:** publicidade@diariodoacionista.com.br

**REDAÇÃO:** redacao@diariodoacionista.com.br

**SERVIÇOS NOTICIOSOS:** Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## CRESCIMENTO

# FMI vê resiliência da economia brasileira e projeta PIB de 2,5%

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, ontem, uma nota na qual elogia a “notável resiliência” da economia brasileira diante dos “múltiplos choques” que têm ocorrido em um contexto de pressões externas e internas pelas quais passa o país.

Segundo a entidade, o Brasil está “relativamente protegido dos aumentos globais de preços do petróleo decorrentes da guerra no Oriente Médio”.

A constatação leva em conta a condição do país enquanto exportador de petróleo e a alta participação de fontes de energia renováveis na geração de eletricidade.

As manifestações foram divulgadas após o encerramento, na sexta-feira, da missão anual que fez ao Brasil.

Segundo o chefe da missão, Daniel Leigh, os indicadores “apontam para uma recuperação econômica no início de 2026”, o que deve levar o país a um “fortalecimento gradual do crescimento para cerca de 2,5% no médio prazo”.

## RISCOS

Apesar da avaliação positiva, o FMI alerta para riscos no cenário internacional.

“Os riscos para as perspectivas de crescimento estão inclinados para o lado negativo, incluindo a deterioração das tensões geopolíticas e o aperto das condições financeiras”,

alerta Leigh.

Ainda assim, a instituição reconhece que o país conta com pilares importantes de sustentação. “Os sólidos marcos políticos do Brasil, o sistema financeiro robusto, as reservas adequadas e o regime cambial flexível continuam a sustentar a resiliência”.

O FMI considera adequada a redução recente dos juros, mas defende cautela diante das pressões inflacionárias. Também recomenda manter e ampliar o esforço fiscal para garantir a sustentabilidade da dívida e abrir espaço para investimentos.

Segundo a entidade, as reformas estruturais e a agenda ambiental devem impulsionar um crescimento mais forte e inclusivo a médio prazo.

## PREÇOS GLOBAIS

Na avaliação do FMI, o Banco Central reduziu de forma adequada as taxas de juros nos meses de março e abril, em consonância com o regime de metas inflacionárias.

“Manter a flexibilidade em futuras medidas de política monetária é justificado, dada a elevada incerteza e as novas pressões inflacionárias decorrentes dos altos preços globais da energia”, acrescentou o FMI ao defender que os esforços das autoridades brasileiras para fortalecer a situação fiscal devem continuar.

“Preservar as receitas extraordinárias provenientes do petróleo fortalecerá a sustentabilidade da dívida pública, reduzirá os custos de empréstimo e criará

espaço para investimentos prioritários”, diz o documento.

## FAZENDA

O reconhecimento do FMI à resiliência da economia brasileira foi comentado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Durante a reunião de encerramento da missão anual do FMI no Brasil, o ministro reafirmou que a principal meta é alcançar crescimento anual sustentável de pelo menos 4%.

Segundo ele, o resultado será impulsionado pelo aumento significativo da produtividade.

Durigan defendeu a continuidade das ações do governo no sentido de dar eficiência ao Estado, “com liderança política capaz de conduzir discussões sérias com a sociedade sobre os desafios econômicos do Brasil e de avançar na agenda de crescimento justo e sustentável”.

Ainda de acordo com o ministro, o diálogo com o FMI contribui para apoiar os esforços na gestão macroeconômica, que visam ao equilíbrio da dívida e ao controle da inflação, com o fortalecimento de programas sociais e da proteção ambiental.

Ele reforçou o compromisso fiscal, mesmo diante dos choques externos, como forma de garantir a manutenção da neutralidade fiscal das medidas para mitigar o impacto da crise.

## GÁS NATURAL

O preço do gás natural no Rio de Janeiro está mais barato desde ontem, beneficiando moto-

ristas que utilizam veículos a gás, consumidores residenciais, indústrias e estabelecimentos comerciais em todo o estado.

A medida é resultado de um acordo firmado entre o governo do estado, a Petrobras e a Naturgy, maior distribuidora de gás natural do Brasil.

O Gás Natural Veicular (GNV) é o que apresenta a maior redução, de 6,3% para a área da CEG e 6,4% para a CEG Rio. Os novos valores foram calculados pela concessionária Naturgy e aprovados pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agerensa), em sessão regulatória na quarta-feira passada.

Para os usuários atendidos pela distribuidora de gás CEG, as tarifas terão queda média de 1,63% no segmento residencial e de 5,12% no industrial. Para os clientes da CEG Rio, as reduções médias serão de 2,8% para residências e de 5,3% para indústrias.

A Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar (Seenemar) avalia que a medida representa um importante estímulo à retomada do consumo de gás natural, além de fortalecer o mercado estadual e aliviar os custos da mobilidade urbana para a população fluminense.

Em nota técnica, a Seenemar destacou a importância da medida para a recuperação do mercado de GNV no estado, que vinha registrando retração no consumo em razão da competitividade de outros combustíveis.

## RECURSOS

# BNDES aprova R\$ 840 mi em financiamento para iniciativas na PB

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem, um fomento de R\$ 840 milhões ao estado da Paraíba. As aprovações incluem R\$ 450 milhões para o Complexo Rodoviário Ponte do Futuro; R\$ 185 milhões para o Arco Metropolitano; de R\$ 55,7 milhões para a implantação da Cidade da Astronomia, no Sertão da Paraíba; e R\$ 150 milhões do Sertão Vivo para agricultores no semiárido paraibano.

As três primeiras iniciativas

somam juntas R\$ 690,7 milhões, como parte do plano de investimentos do governo do estado (de R\$ 800 milhões), no âmbito do Programa BNDES Invest Impacto.

Já a iniciativa Sertão Vivo na Paraíba tem como objetivo “fortalecer a agricultura familiar e a adaptação às mudanças climáticas no semiárido”.

“O programa deverá beneficiar diretamente mais de 37,6 mil famílias rurais em 157 municípios, alcançando cerca de 150 mil pessoas em regiões marcadas por seca recorrente, pobreza rural e insegurança hídrica”, informou o BNDES.

## ANEEL

# Marcada para 3 de julho a 2ª etapa do 1º leilão de transmissão

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem, que foi marcada para 3 de julho deste ano a segunda etapa do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica, com os lotes 7 a 10. O resultado da habilitação, pela previsão, será no dia 24 do mesmo mês.

Na primeira fase, foram 5 lotes com investimento estimado em R\$ 3,3 bilhões para a meta de construção e manutenção de 798 quilômetros (km) em linhas de transmissão, além de expansão da ca-

pacidade.

A divisão em duas etapas foi necessária porque parte das obras dependiam do processo de solução consensual de controvérsias contratuais envolvendo o Grupo MEZ Energia. Essa proposta de solução consensual foi aprovada na semana passada pelo TCU.

Quatro lotes envolvidos na solução consensual entraram no primeiro leilão de transmissão deste ano. A Aneel entendeu que os termos dependiam do aval do plenário do TCU, concedido na última quarta-feira.

## Nota

## OCDE: SUBSÍDIOS PARA INDÚSTRIA ATINGEM MAIOR NÍVEL DESDE 2009, LIDERADOS PELA CHINA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelou que os subsídios em 15 setores industriais considerados como “chave” atingiram 1,3% da receita das empresas, totalizando US\$ 108 bilhões em 2024, em relatório publicado ontem. Este foi o segundo nível mais alto em relação à receita já registrado, depois do pico em 2009, resultante da queda nas vendas durante a crise financeira global, que elevou a proporção entre subsídios e receita. Segundo a pesquisa, por mais que os níveis de subsídios tenham aumentado na maioria das regiões, as empresas chinesas continuaram a receber apoio significativamente maior do que seus concorrentes em outros lugares. Entre 2005 e 2024, as companhias da China receberam, em média, de três a oito vezes mais apoio governamental do que as empresas em países da OCDE, dependendo da região. De acordo com a OCDE, cerca de 22% dos ganhos de participação de mercado global das empresas que se expandiram nas últimas duas décadas podem ser atribuídos aos subsídios que receberam, chegando a 60% para as empresas chinesas.

## AMAZÔNIA

# Finep financia estruturação da cadeia produtiva da malva

ALANA GANDRA/ABRASIL

Um projeto de estruturação da cadeia de produção da malva, planta nativa da Amazônia, será financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A fibra da malva é extraída por famílias ribeirinhas e utilizada na fabricação de têxteis. O projeto foi proposto pela Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), empresa que atua há 40 anos no estado do Pará, desenvolvendo produtos a partir da juta. O projeto visa introduzir tecnologias que melhorem as condições de trabalho, aumentem a produtividade e possibilitem a

produção de têxteis com maior valor agregado.

Na avaliação do superintendente da área de Cadeias Agroindustriais e Defesa da Finep, Rodrigo Secioso, trata-se de uma cadeia produtiva que enfrenta vários desafios. Entre eles, citou o baixo índice de tecnificação desde o plantio até o beneficiamento das fibras.

A fibra de malva ganhou espaço na mídia global, recentemente, quando a atriz brasileira Alice Carvalho usou, na cerimônia do Oscar, nos Estados Unidos, um vestido confeccionado com tecido feito pela CTC a partir da combinação de juta e malva. Tradicionalmente, porém, a

malva tem sido usada na produção de sacarias agrícolas e em cordas, tapetes e estofamentos.

O cultivo da malva é realizado em áreas de várzea. As sementes são lançadas nos leitos dos rios quando as águas baixam. No início da cheia, é feita a colheita. Os agricultores cortam as plantas, separam em feixes e os deixam de molho para amolecer, durante cerca de dez dias. Depois, retiram as fibras de dentro d’água para a secagem, que é feita em varais artesanais.

A falta de estrutura adequada para colheita, transporte, secagem, prensagem e armazenamento traz riscos e prejuízos para os produtores. Como o produto final

ainda tem uso restrito, os compradores são poucos.

## APRIMORAMENTO

O projeto aprovado pela Finep prevê a realização de estudos para aprimoramento das espécies; criação de maquinário para a colheita, para a quebra e separação de sementes; desenvolvimento de infraestrutura digital para a gestão do cultivo; avaliação de mecanismos financeiros para a produção em escala; consolidação de negócios comunitários piloto, que possam ser replicados em outros territórios; e testes e avaliações em todas as fases da produção, com vistas à obtenção de uma fibra mais nobre.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.022/2026**

A Pregoeira Mariticia Freitas da Silva convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.022/2026 no dia 16/06/2026 às 11h00min. - **Objeto:** Aquisição de Materiais para Hemoterapia – com comodato (CONJUNTO COLETA COMPONENTES SANGÜÍNEOS PARA SISTEMA DE AUTOTRANSFUSÃO CÂMARA SEPARAÇÃO; KIT DE AFÉRESE PARA COLETA DE CONCENTRADOS DE PLAQUETAS; KIT PLASMAFÉRESE, TIPO DOADOR ÚNICO, COM PUNÇÃO ÚNICA, TAMANHO ADULTO, etc). Processo nº. 33409.008675/2025-20. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 90.012/2026 - UASG 153010

**OBJETO:** contratação de serviço de fornecimento e instalação de porta de abrir de madeira, com visor incolor na vertical (nos padrões de acessibilidade conforme NBR 9050), para o Cefet/RJ Uned Nova Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.004316/2025-06. **TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 1 (um). **EDITAL:** 2/6/2026, das 9h às 17h, no site <https://www.gov.br/compras>. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 2/6/2026 às 9h no site [www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/6/2026 às 10h no site [www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras). **Nova Iguaçu, 26 de maio de 2026. Melina Pompeu de Lima - Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2026**

Data de Abertura: 11/06/2026  
Horário: 10:00h  
Plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br/comprador>

**Unidade Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTROS.

**Objeto**  
Contratação de empresa especializada para aquisição de dispositivos criptográficos armazenados em tokens USB, compatíveis com Certificados Digitais do tipo A3, padrão ICP-Brasil.

**Valor estimado**  
Valor total (R\$): 6.625,35 (Seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos).  
Item 1 (R\$): 5.208,35 (Cinco mil, duzentos e oito reais e trinta e cinco centavos)  
Item 2 (R\$): 1.417,00 (Mil, quatrocentos e dezessete reais)

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	Não	Aberto	Menor valor por item

Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim

**Intervalo mínimo de diferença entre lances**  
R\$ 1,00 (Um real) dos respectivos valores estimados

**Agente de Contratação**  
**Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)**

**Fundamento Legal**  
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes

**Observações Gerais:**  
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.  
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites [www.arraial.rj.gov.br](https://www.arraial.rj.gov.br) e <https://licitanet.com.br>, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVOS PARA ME/EPP**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026**

Data de Abertura: 10/06/2026  
Horário: 10:00h  
Plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br/comprador>

**Unidade Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Subsecretaria de Ciência e Tecnologia

**Objeto**  
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação.

**Valor estimado**  
Valor total (R\$): 57.408,44 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	Menor valor Global

Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim

**Intervalo mínimo de diferença entre lances**  
R\$ 1,00 (um real)

**Agente de Contratação**  
**Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)**

**Fundamento Legal**  
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes

**Observações Gerais:**  
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.  
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites [www.arraial.rj.gov.br](https://www.arraial.rj.gov.br) e <https://licitanet.com.br>, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

## Nota

## CORPO É ENCONTRADO EM BUSCAS POR HOMEM QUE SUMIU EM PASSEIO DE MOTO AQUÁTICA

Um corpo foi encontrado no fim da manhã desta segunda-feira, durante o trabalho de buscas por Dheoge Pereira Bernardino, de 28 anos, que desapareceu no mar em Ilhabela (SP), no dia 24 de maio. A identidade do corpo encontrado não havia sido divulgada até a publicação desta reportagem. De acordo com o Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), o corpo foi localizado por agentes da Defesa Civil, que acionaram os bombeiros. O local não foi informado pelo GBMar. As buscas por Dheoge estão no nono dia. Ele desapareceu após sair de moto aquática para dar uma passeio com uma amiga. Os dois estavam em uma festa em uma lancha com outros conhecidos. Ao perceberem que os dois estavam demorando para voltar, os amigos começaram a procurá-los. A amiga de Dheoge, Bruna Damaris Sant'anna da Silva, de 26 anos, foi encontrada com vida na última terça-feira, e recebeu alta hospitalar na quinta-feira.

## WI-FI LIVRE

## Operação investiga ONG do filme sobre Bolsonaro

A Polícia Civil de São Paulo fez ontem a Operação Wi-Fi Livre no Instituto Conhecer Brasil, organização não governamental (ONG) de propriedade de Karina Ferreira da Gama, da produtora Go UP, que produziu o filme Dark Horse, sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ONG é suspeita de fraude em contrato com a prefeitura de São Paulo para a instalação de uma rede de wi-fi gratuita em

comunidades da cidade. O valor do contrato é de R\$ 108 milhões. Há suspeitas na contratação e na execução dos serviços.

Segundo investigação do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Civil, a organização teria de instalar 5 mil pontos públicos de acesso ao wi-fi nas periferias da capital paulista no prazo de 12 meses. De acordo com os dois órgãos, foram instalados até agora 3.200 pontos.

A ONG teria apresentado pe-

lo menos R\$ 16,5 milhões em notas fiscais consideradas irregulares à prefeitura para justificar as despesas do contrato.

O instituto de Karina é o principal alvo da operação, mas também são cumpridas diligências em outras empresas que teriam sido subcontratadas. A polícia fez ainda buscas na Secretaria Municipal para obter os contratos, as prestações de contas e os documentos relacionados ao termo de colaboração.

São cumpridos nesta manhã oito mandados de busca e apreensão para recolher documentos físicos e digitais, equipamentos eletrônicos, registros financeiros e outros materiais.

O senador Flávio Bolsonaro, que pediu R\$ 61 milhões ao empresário Daniel Vorcaro para financiar o longa-metragem Dark Horse, se manifestou sobre a operação de ontem em São Paulo. Em evento no Rio de Janeiro, o político disse que "a operação não tem nada a ver com o filme".

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Série da 36ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissora" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Série da 36ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Pulverizados ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **22 de junho de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Não declaração de Evento de Liquidação Imediata do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 13.1.2, subitem (i) do Termo de Securitização e um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, subitem (ii) do "Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da 1ª (Primeira) Emissão Da Spe Sp Terminals Noroeste S.A.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária referente a entrega de procuração, conforme previsto na Cláusula 7.5 do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária"); devida desde 28 de fevereiro de 2024 e entregue em 19 de março de 2026; (ii) Não declaração de Evento de Liquidação Imediata do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 13.1.2, subitem (i) do Termo de Securitização e um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária referente a entrega de procuração, conforme previsto na Cláusula 6.4 do "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Ações E Outras Avenças Sob Condição Suspensiva" ("Alienação Fiduciária de Ações"); devida desde 28 de fevereiro de 2024 e entregue em 19 de março de 2026; e (iii) Não declarar um Evento de Liquidação Imediata do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 13.1.2, subitem (i) do Termo de Securitização e um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária referente a entrega do laudo de avaliação das obras dos Empreendimentos, conforme previsto na Cláusula 9.1, subitem (viii) das Notas Comerciais, (iv) Dispensar o cumprimento da obrigação não pecuniária relativa a entrega do laudo de avaliação das obras dos Empreendimentos, conforme previsto na Cláusula 9.1, subitem (viii) das Notas Comerciais, até a Data de Vencimento das Notas Comerciais. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitações que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 7 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT e o pagamento seja retido em 19 de junho de 2026, a Securitizedora deverá receber os documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) – Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não delimitados terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. Conforme definido no Termo de Securitização.

São Paulo, 30 de maio de 2026.

**Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna** - Diretor de Securitização

## Suspeita de lavagem de dinheiro levou a polícia à produtora de 'Dark Horse'

MARCELO GODOY  
E FAUSTO MACEDO/AE

Além das supostas fraudes no contrato de Wi-Fi para a Prefeitura de São Paulo com o Instituto Conhecer Brasil, a Polícia Civil também investiga a suspeita de "desvio de finalidade e confusão patrimonial" para a lavagem de dinheiro envolvendo Karina Ferreira da Gama e a empresa Go Up Entertainment. Karina recebeu R\$ 1 milhão de uma emenda parlamentar do deputado federal Mário Frias (PL-SP).

A decisão judicial que autorizou a Operação Wi-Fi cita a ligação de Karina Gama com a realização do filme Dark Horse. Há suspeita de repasse indireto de

recursos públicos oriundos do programa municipal para financiamento audiovisual para o filme. A Prefeitura já negou que o longa-metragem sobre Jair Bolsonaro tenha recebido recursos municipais.

Em nota divulgada na manhã de ontem, a administração municipal afirmou que "repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos", sustentando que o contrato firmado com o Instituto Conhecer Brasil "seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade".

Entre as inconsistências investigadas está a apresentação de quatro faturas emitidas pela empresa Make Onde Tecnologia Digital Ltda, totalizando R\$ 8,5 milhões sem a emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário. As faturas têm numeração sequencial, mesma data de emissão e vencimento. Além disso, os valores teriam sido artificialmente fracionados, o que sugeriria possível monta-

gem para justificar saídas ilícitas de recursos financeiros.

A Make One foi uma das empresas contratadas pelo ICB para a execução dos 5 mil pontos de Wi-Fi na periferia da cidade, contrato que está no centro da Operação desencadeada ontem pela Polícia Civil e pelo Ministério Público de São Paulo. Ela foi um dos alvos das buscas.

Além da Make One, a investigação também apura notas fiscais emitidas pela empresa Complexys Soluções Integradas no valor de R\$ 2 milhões, que foram canceladas no mesmo dia da emissão, mas que foram usadas para justificar despesas em prestação de contas apresentada à Prefeitura. Outra empresa que teria sido usada para justificar os gastos do ICB foi a JR Feijão Ltda, com sede no Ceará, que teria recebido R\$ 406 mil em 2024.

Haveria ainda a suspeita de autofaturamento por meio de notas fiscais emitidas pelo ICB de mais de R\$ 1,4 milhão e du-

plicidade de faturas no valor de R\$ 925 mil, conforme parecer da própria secretaria municipal, que teria concluído pela gravidade das irregularidades financeiras na execução do contrato.

## FAVELA CONECTADA

Por fim, há suspeitas em relação à subcontratação da Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda, atualmente denominada Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda. Contratada pelo ICB por R\$ 12 milhões, a Favela Conectada teria recebido R\$ 2 milhões até dezembro de 2025.

A polícia chegou a constatar a ausência de dados essenciais no contrato do ICB com a Favela, como o nome completo do representante da empresa contratada, identificado apenas como Alex. A polícia constatou que se trata de Alex Sandro Bispo dos Santos, preso por feminicídio. Após sua prisão, a empresa foi transferida para uma mulher que declarou morar no mesmo endereço do ex-proprietário.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA", da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 14 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Série da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devedoras pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 2 de junho de 2026, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até a (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do Termo de Emissão, em razão do inadimplemento consistente no pagamento das parcelas das Remunerações, originalmente previstas para o dia 19 de março de 2026, 22 de abril de 2026 e 20 de maio de 2026, conforme estabelecido no Anexo I – Cronograma de Pagamento, disposto no Termo de Securitização ("PMTs Inadimplidas"); (ii) Caso aprovado o item "i" acima, aprovar o pagamento das PMTs Inadimplidas até o dia 19 de junho de 2026, via B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Data do Pagamento"), com a incidências dos respectivos Encargos Moratórios, devidos desde 20 de março de 2026, 23 de abril de 2026 e 21 de maio de 2026, respectivamente a cada uma das parcelas, até a Data do Pagamento. Fica consignado que a Securitizedora deverá receber os valores correspondentes às PMTs Inadimplidas e aos Encargos Moratórios devidos com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva Data de Pagamento, para fins de operacionalização. A título de exemplo, o caso o pagamento seja retido em 19 de junho de 2026, a Securitizedora deverá receber os recursos até o dia 17 de junho de 2026, para fins de operacionalização, via B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o montante devido correspondente a R\$ 2.978.941,35 (dois milhões, novecentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e cinco centavos), referentes às PMTs Inadimplidas, e a R\$ 206.601,61 (duzentos e seis mil, seiscentos e seis reais e sessenta e um centavos), referentes aos Encargos Moratórios devidos; (iii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do Termo de Emissão, em razão do inadimplemento, por parte da Devedora, da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva até o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme disposto na Cláusula 6.18.2 do Termo de Emissão e Cláusula 9.1.2 do Termo de Securitização; (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, a Devedora deverá promover a recomposição do Fundo de Reserva, no valor de R\$ 5.136.845,76 (cinco milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), no prazo de 12 (doze) meses, contados da formalização da Assembleia, mediante aportes mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser recomposto, a serem realizados todo dia 15 (quinze) de cada mês, ou, caso não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente, a fim de regularizar a obrigação. Sendo certo que o não cumprimento da recomposição nas datas e condições ora estabelecidas será caracterizado como descumprimento pecuniário, ensejando a retomada dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Cláusula 6.18.2 do Termo de Emissão e da Cláusula 9.1.2 do Termo de Securitização; (v) Aprovar a alteração do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme definido na Seção II – Definições do Termo de Securitização, passando de 6 (seis) parcelas de Remuneração dos CRA ("PMT") para 5 (cinco) PMTs; (vi) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, conforme Cláusula 8.1.1, alínea (g) do Termo de Emissão, em razão do inadimplemento, por parte da Devedora, da obrigação de recomposição do Fundo de Despesa, nos termos da Cláusula 6.18.1 do Termo de Emissão e da Cláusula 9.1.2 do Termo de Securitização; (vii) Caso aprovado o item (vi) acima, aprovar o prazo considerado para o atendimento das obrigações de recomposição do Fundo de Despesas observadas os termos do item (viii) da Ordem do Dia abaixo; e (viii) Aprovar a alteração do Valor Mínimo do Fundo de Despesas, conforme definido na Seção II – Definições do Termo de Securitização, passando de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no prazo de 12 (doze) meses, contados da formalização da Assembleia, mediante aportes mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser recomposto, a serem realizados todo dia 15 (quinze) de cada mês, ou, caso não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente. (ix) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizedora, da existência de protestos em nome da Devedora, com data superior a 30 (trinta) dias e cujo valor consolidado ultrapassar o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (x) Caso aprovado o item (ix) acima, conceder prazo adicional de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora tome as medidas necessárias para exclusão dos protestos que estejam em desacordo com a Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão; (xi) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (f), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizedora, da existência de processos judiciais relevantes em trâmite contra a Devedora, dentre os quais se destacam: (i) Processo nº 0004675-86.2025.8.16.0170; (ii) Processo nº 1008158-48.2025.8.26.0229; e (iii) Processo nº 1099551-53.2025.8.26.0100. (xii) Caso aprovado o item (xi) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da formalização da ata de Assembleia, para que a Devedora encaminhe os devidos esclarecimentos acerca da existência dos processos judiciais, bem como o prazo adicional de até 180 (cento e oitenta) dias para sua resolução; (xiii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária referente a entrega de procuração, conforme previsto na Cláusula 7.5 do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária"), consistente em, referente ao período compreendido entre 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2025, conforme a Cláusula 9.1, item (h), do referido instrumento; (xiv) Caso aprovado o item (xiii) acima, aprovar a dispensa do envio, pela Devedora, dos relatórios trimestrais não auditados contendo suas informações financeiras, referentes ao período compreendido entre 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2025, ficando, contudo, restabelecida a obrigatoriedade de envio dos referidos relatórios a partir de março de 2026; (v) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a) do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio pela Devedora, à Securitizedora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 cujo prazo findou em 30 de abril de 2025, bem como as relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, cujo prazo findou em 30 de abril de 2026, conforme exposto na Cláusula 9.1, item (b), alínea (i) do mesmo instrumento. Fica consignado, ainda, que o cálculo do Índice Financiero, apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizedora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (xv) Caso aprovado o item (xv) acima, conceder prazo até 30 de junho de 2026, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e conceder prazo até 30 de setembro de 2026, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (xvi) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, de obrigações não pecuniárias assumidas no âmbito do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoques em Garantia, Sob Condição Resolutiva, e Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária de Estoques") e do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), consistentes, em especial, em: (a) não constituição, na data da formalização da Alienação Fiduciária de Estoques, de uma reserva de valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), em bens móveis a título de estoque em garantia; (b) não cessão, até 31 de agosto de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis que atendessem integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (c) não cessão, até 30 de setembro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais); e (d) não cessão, até 31 de outubro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). As obrigações acima encontram fundamento, nas Cláusulas 2.1.1, itens (i) a (iv), e 2.2 da Alienação Fiduciária de Estoques, bem como nas Cláusulas 4.1.6.2, itens (i) a (iv), e 4.1.6.3 do Termo de Emissão; (xvii) Caso aprovado o item (xvii) acima, a Devedora deverá: (a) formalizar a contratação da Control Union, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da formalização da presente assembleia, para fins de (i) comprovar a devida constituição da Alienação Fiduciária de Estoques, no montante mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), nos termos dos Documentos da Operação; e (ii) manter o monitoramento do estoque, pelo prazo mínimo necessário ao cumprimento das obrigações ora estabelecidas e (b) promover a recomposição integral da garantia representada pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em substituição à Alienação Fiduciária de Estoques, no prazo de até 18 (dezoito) meses contados da formalização da Assembleia, mediante a cessação fiduciária de direitos creditórios que atendam integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Termo de Emissão; (xviii) Aprovar a constituição da garantia adicional ao CRA, consistente na cessão fiduciária de R\$ 24.249.336.7159 (Vinte e quatro mil duzentos e quarenta e nove inteiros e trinta e três milhões seiscentos e dezessete mil cento e cinquenta e nove centésimos de milionésimo) cotas de emissão do PRIME AGRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, nos termos da Resolução CMN nº 2.907 e da Resolução CVM nº 175, conforme em vigor, inscrito no CNPJ sob o nº 53.783.414/0001-00 ("Fundo"), de titularidade de PRIME AGRO PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A., inscrita no CNPJ nº 19.471.981/0001-83 ("Fiduciante"), com registro de gravame na R3, por meio do sistema SOG, no prazo de até 60 dias da data de assinatura da Ata de Assembleia; (xix) Aprovar que, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo de Despesas, poderão ser utilizados recursos do Fundo de Reserva para fazer frente exclusivamente às despesas de responsabilidade do Fundo de Despesas, permanecendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização de recursos do Fundo de Despesas para recomposição ou atendimento de obrigações do Fundo de Reserva, bem como qualquer outra forma de compensação entre os referidos fundos; (xx) Aprovar a contratação de assessor legal, nos termos da proposta a ser anexada à ata da assembleia, para a elaboração dos documentos necessários à implementação das ordens do dia; (xxi) Deliberar sobre a autorização para a constituição de garantia sobre as ações de emissão da PRIME AGRO PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A. ("Devedora"), em favor do Banco do Brasil, Itaú, Santander, Bradesco e Banco Votorantim, no âmbito do alongamento de suas respectivas operações financeiras, condicionada a: A) a comprovação pela Devedora à Securitizedora em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de assinatura da Ata de Assembleia, da respectiva obtenção de waiver dos credores e/ou partes que possuam restrições contratuais ou direitos sobre as cotas do FIDC, para que a garantia de cessão fiduciária, conforme estipulada no item (xix) acima possa ser constituída sem nenhum óbice; e B) a formalização dos instrumentos relativos à nova garantia de cessão fiduciária de cotas, nos termos do item (xix) acima, em até 15 (quinze) dias contados da comprovação pela Devedora da respectiva obtenção dos waivers. C) o cumprimento integral e cumulativo das deliberações constantes dos itens "ii" e "xix" da presente Ordem do Dia. (xxii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme Cláusula 8.1.2, alínea "a", tendo em vista o descumprimento de envio do primeiro relatório de rating pela Devedora em janeiro de 2026, conforme deliberado na "Assembleia Especial Dos Titulares De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da 1ª E 2ª Séries Da 103ª Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais Devedoras pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", realizada em 02 de março de 2025 ("AGT de 02/03/25"), nos termos da Cláusula 9.1, alínea (a) do Termo de Emissão; (xxiii) Caso aprovado o item (xxiii) acima, aprovar a exclusão da obrigação de envio do relatório de rating, conforme disposto na Cláusula 9.1, alínea (a) do Termo de Emissão; (xxiv) Autorizar a Securitizedora em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizedora, para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: [af.assembleias@oliveiravtr.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiravtr.com.br), preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "ii" do artigo 71 da Resolução CVM 81, as vozes dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computadas mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que preferirem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seus documentos de voto até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizedora. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui delimitados têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo – SP, 29 de maio de 2026. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Alejandro Merino - Diretor de Securitização

## CONGONHAS

## Mulher morre após cair de escada durante desembarque

GEOVANNA HORA/AE

Uma mulher de 72 anos morreu após cair de uma escada durante o desembarque de um voo da Latam no Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. O acidente ocorreu na sexta-feira passada e a vítima morreu dois dias depois, no último domingo.

A Latam informou, em nota, que Maria da Glória Pereira da Silva Fávoro sofreu uma queda ao descer a escada durante o desembarque do voo LA3785, que havia saído de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

A Aena, concessionária responsável pelo Aeroporto de Congonhas, disse, também em nota, que suas equipes médicas foram acionadas logo após o ocorrido. A mulher recebeu os primeiros socorros no local e foi transferida

para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jabaquara.

Segundo a Latam, uma colaboradora da companhia aérea acompanhou Maria até a unidade de saúde e permaneceu no local até a chegada dos familiares. No entanto, a mulher não resistiu aos ferimentos e morreu no domingo.

"A Latam lamenta profundamente o falecimento da passageira e é solidária com seus familiares", afirmou a empresa.

"A companhia ressalta que segue todos os protocolos previstos para esse tipo de situação, reiterando que adota todas as medidas de segurança possíveis, técnicas e operacionais, para garantir uma viagem segura para todos."

A Aena também lamentou a morte da passageira e manifestou "solidariedade aos familiares e amigos".

## MENINGITE

## Secretaria de Saúde descarta suspeita de ebola em homem internado em SP

O caso suspeito de ebola de um homem de 37 anos internado em São Paulo foi descartado ontem, pela Secretaria de Estado da Saúde. Após a investigação, o Instituto Adolfo Lutz não encontrou material genético do vírus no paciente vindo da República Democrática do Congo, na África, país que enfrenta um surto da doença causada pela cepa Bundibugyo do vírus.

No sábado passado, o homem testou positivo para meningite meningocócica. O paciente permanece internado no Instituto de Infectologia Emílio Ribas, em leito de UTI, com quadro grave de saúde. A unidade estadual é referência para atendimento de casos suspeitos ou confirmados para o vírus Ebola. Ele foi transferido no sábado para o local, com sintomas

de febre e diarreia. A avaliação técnica da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD-SES-SP) aponta que o risco de introdução da doença no Brasil e na América do Sul permanece muito baixo.

Entre os fatores considerados estão a ausência histórica de transmissão autóctone (contrair o vírus no local) no continente sul-americano.

## JULGAMENTO

# Júri do caso Henry é o mais longo do Rio

BRUNO DE FREITAS  
MOURA/ABRASIL

O julgamento do caso Henry, no 2º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, entrou no oitavo dia seguido ontem. Desta forma, a sessão se torna a mais longa do Tribunal do Júri no estado do Rio, superando a da deputada federal cassada Flordelis.

Em novembro de 2022, a ex-parlamentar foi condenada a mais de 50 anos de prisão pelo assassinato do ex-marido, o pastor Anderson do Carmo.

Jairo Souza Santos Júnior, conhecido como Dr. Jairinho, e Monique Medeiros da Costa e Silva, são réus no processo que julga a morte do filho dela, Henry Borel, aos 4 anos, em março de 2021.

A época, Jairinho era vereador, eleito no quinto mandato. Ele era padrasto de Henry. Segundo a acusação do Ministério Público, a criança morreu após agressões de Jairinho, e Moni-

que teria se omitido.

## PERITO DO IML

Até o começo da tarde de ontem, prestava depoimento o perito Leonardo Huber Tauil, indicado pela defesa de Jairo. Foi Tauil quem assinou o laudo cadavérico do menino, no Instituto Médico Legal (IML). O perito é o 21º a ser ouvido pelos jurados.

Ele reafirmou que a morte foi causada por "hemorragia interna resultada de lesão hepática por ação contundente".

Além do laudo inicial, ele participou de seis complementações, e chegou a ir ao apartamento onde o menino teria sido agredido.

Tauil sustentou que ao vistoriar o local, não encontrou nenhum móvel que poderia ter causado a lesão fatal em Henry. A primeira versão do casal Jairinho e Monique era de que o menino tinha tropeçado e caído da cama.

Tauil respondeu também so-

bre questões apontadas pela defesa no laudo cadavérico, entre elas o fato de o hospital de origem do corpo estar errado e o menino ter olhos castanhos, em vez de azuis. O perito alegou que foram lapsos.

Durante o depoimento, foram mostradas imagens do corpo de Henry. Neste momento, Monique Medeiros deixou o plenário. Ela também tinha deixado o ambiente na última sexta-feira, quando falava outro perito, Luiz Carlos Leal Prestes. Na ocasião, também eram exibidas imagens do corpo.

## OUTROS TESTEMUNHOS

Desde a última segunda-feira, foram ouvidas testemunhas chamadas pelo júri, pela acusação e pelas defesas de Monique e Jairinho - que atualmente se posicionam de forma diferente.

O pai de Henry, Leniel Borel, atua na assistência da acusação e depôs como testemunha contra o ex-casal. Na visão dele, Monique também é responsável

pela morte do menino.

Duas ex-namoradas de Jairinho e a filha de uma delas afirmaram ao júri que o ex-vereador agrediu os respectivos filhos quando eram crianças.

O engenheiro Bryan Medeiros da Costa Silva, irmão de Monique, fez uma descrição afetuosa da irmã e do convívio familiar.

Um dos depoimentos mais esperados era o da babá de Henry, Thayná de Oliveira Ferreira. Ela confirmou que avisou a mãe da criança sobre suspeitas de agressões por parte de Jairinho. Ela afirmou que após a morte, foi orientada por Monique a apagar troca de mensagens entre as duas.

Das 27 testemunhas arroladas inicialmente, quatro foram liberadas. Jairinho dispensou o psiquiatra Hewdy Lobo Ribeiro e a assessora Cristiane Izidoro. O pai dele, Coronel Jairo, político no Rio de Janeiro, foi ouvido.

Além de Tauil, será ouvido ainda o médico Jefferson Evangelista Correa, assistente técni-

co da defesa.

## RÉUS OUIDOS HOJE

A expectativa de advogados envolvidos no julgamento é que a parte de depoimento das testemunhas terminasse nesta segunda-feira, e que hoje seja reservada para os depoimentos dos dois acusados.

A defesa de Jairinho conseguiu uma decisão liminar para que o ex-vereador seja ouvido depois de Monique. Para os advogados do ex-parlamentar, essa ordem de depoimento é "indispensável para garantir a plenitude de defesa, permitindo que Jairo tenha conhecimento prévio das acusações que lhe serão dirigidas em juízo".

A defesa de Monique diz que ela está preparada para depor a qualquer momento.

Os advogados devem expor suas defesas amanhã, e a sentença é esperada para a passagem de quarta-feira para quinta-feira, dia de Corpus Christi, feriado no Rio de Janeiro.

## CONSELHO DE SENTENÇA

Desde o início do júri, o Conselho de Sentença, formado por sete jurados (neste julgamento, cinco homens e duas mulheres), acompanha ininterruptamente as sessões. Nos momentos de intervalo, são obrigados a se manter no tribunal, não podem conversar entre si nem com terceiros sobre o caso, assim como ficam afastados de redes sociais e noticiário.

Durante o pernoite, eles ficam sob vigilância. No Tribunal de Justiça do Rio há uma espécie de alojamento para eles. As testemunhas não precisam ficar confinadas no júri, mas a juíza as orientou a não conceder entrevistas.

O júri é presidido pela magistrada Elizabeth Machado Louro. O destino dos réus é decidido pelo voto sigiloso dos jurados, por maioria simples. Cabe a juíza a dosimetria (tamanho da pena) nos casos em que há condenação.

## ESPECIAL

## Seguro de crédito à exportação ganha espaço entre pequenas empresas e amplia acesso ao mercado externo

POR REDAÇÃO

O seguro de crédito à exportação tem ganhado espaço nas estratégias do governo federal para ampliar a participação de micro, pequenas e médias empresas brasileiras no comércio internacional. Em meio à busca por novos mercados e pela diversificação das exportações, o instrumento passou a ser apontado por órgãos públicos e instituições financeiras como uma ferramenta para reduzir riscos em operações internacionais e facilitar o acesso a financiamento para empresas de menor porte.

nimo de exportação e a possibilidade de cobertura em operações de pré e pós-embarque.

Dados da própria ABGF mostram uma expansão na utilização do mecanismo. Em 2024, foram analisadas 20 operações destinadas a micro, pequenas e médias empresas, das quais 15 foram aprovadas, totalizando US\$ 9,85 milhões. Já em 2025, ainda no primeiro semestre, o volume de operações avaliadas superou os números registrados no ano anterior. A agência também informou que o total de operações de seguro de crédito à exportação analisadas pela instituição cresceu cinco vezes em comparação com 2023.

### Crédito, proteção e competitividade nas exportações

A ampliação do acesso ao seguro ocorre em um contexto de desafios para pequenas empresas que buscam financiamento para expandir suas vendas externas. Segundo informações divulgadas pelo MDIC, o objetivo das mudanças em discussão é ampliar o número de companhias elegíveis ao programa e fortalecer a capacidade exportadora desse segmento.

Na avaliação do secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior, integrante da estrutura do MDIC, o fortalecimento dos mecanismos de garantia é uma das formas de reduzir barreiras enfrentadas por empresas de menor porte na internacionalização de seus negócios. Em comunicado oficial divulgado pelo ministério, a pasta afirma que a ampliação do seguro busca fortalecer a competitividade das micro, pequenas e médias empresas no mercado global.

Especialistas ligados a instituições públicas também destacam que mecanismos de mitigação de risco costumam ser considerados essenciais para ampliar a oferta de crédito voltado ao comércio exterior. A ABGF afirma, em material institucional, que o seguro representa uma garantia adicional para empresas que encontram dificuldades para obter outras modalidades de garantias junto ao sistema financeiro.

O avanço das operações ocorre em um momento em que o governo federal busca ampliar a participação das pequenas empresas nas exportações brasileiras. Embora representem a maioria dos empreendimentos do país, essas companhias ainda enfrentam obstáculos relacionados ao acesso a financiamento, à gestão de riscos e à entrada em mercados internacionais. Nesse cenário, instrumentos como o seguro de crédito à exportação passaram a ocupar papel mais relevante nas políticas de apoio ao comércio exterior, especialmente para empresas que pretendem expandir receitas além do mercado doméstico.

## VIOLÊNCIA

## Em 5 dias, dois PMs do Rio morrem com tiros de fuzil na cabeça

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O sargento da Polícia Militar Adriano Pereira de Souza, de 36 anos de idade, morreu ontem pela manhã durante confronto com criminosos na comunidade do Faz Quem Quer, em Rocha Miranda, zona norte do Rio de Janeiro.

O militar foi atingido com um tiro na cabeça e socorrido de helicóptero para o Hospital Central da corporação, no bairro do Estácio, mas já chegou sem vida.

Adriano de Souza era lotado no 9º batalhão da PM, zona norte da cidade.

A ação tinha por finalidade restabelecer a ordem por meio da desarticulação e enfraquecimento das atividades criminosas locais e a retirada de barricadas, barreiras de concreto colocadas nas ruas da comunidade para dificultar as ações das forças de segurança do estado.

Durante o patrulhamento por um dos pontos do complexo, as equipes apreenderam um fuzil e uma pistola. Não houve prisões.

Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar lamentou a morte do policial.

Ele deixa dois filhos.

## OUTRA VÍTIMA

Na quinta-feira passada, o

subtenente da Polícia Militar André Luiz Cardoso Eccard, lotado no Grupo de Ações Táticas (GAT) do Batalhão de Jacarepaguá, zona sudoeste do Rio, foi morto com um tiro de fuzil na cabeça, durante patrulhamento na Rua Virgínia Vidal, na comunidade da Covanca, bairro do Tanque, em Jacarepaguá.

Os tiros foram disparados por dois homens que ocupavam uma motocicleta. Outros dois policiais da equipe também foram atingidos por tiros na cabeça e outro foi ferido nas costas.

O subtenente Eccard não resistiu aos ferimentos. Ele tinha 49 anos e ingressou na corporação no ano de 2000.

Os militares eram lotados no serviço reservado do batalhão e estavam num carro descharacterizado, quando foram atingidos por um dos motociclistas armado com um fuzil.

## NÚMEROS

De acordo com o Instituto Fogo Cruzado, este ano 51 agentes de segurança foram baleados na região do Grande Rio, sendo que 22 morreram e 29 ficaram feridos.

Somente em relação aos policiais militares, 18 morreram. Adriano Pereira foi o 18º PM morto desde o início de 2026, e 23 sobreviveram.

TÂNIA RÉGO/ABRASIL



Neste ano, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) avançou em medidas para ampliar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), mecanismo que protege operações contra riscos comerciais e políticos relacionados à venda de produtos e serviços ao exterior. A iniciativa ocorre em um cenário em que o governo busca aumentar a presença de pequenos negócios na pauta exportadora brasileira e estimular a inserção dessas empresas em mercados internacionais.

O seguro funciona como uma garantia para instituições financeiras que concedem crédito vinculado à exportação. Caso haja inadimplência por parte do importador estrangeiro ou ocorrência de eventos cobertos pela apólice, a operação pode ser indenizada dentro das condições previstas. A modalidade é administrada pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) em parceria com a Câmara de Comércio Exterior (Camex). Entre as características do programa voltado às micro, pequenas e médias empresas estão a ausência de exigência de contragarantias, a inexistência de valor mí-

## PF apreende armas destinadas a facções criminosas no Rio

A Polícia Federal, em uma ação que contou com o apoio da Polícia Militar de São Paulo, apreendeu, no domingo passado, 33 pistolas e dezenas de carregadores, incluindo 15 para fuzil. As armas tinham como destino comunidades do Rio dominadas por facções criminosas e estavam sendo transportadas por um paraguaio, que foi preso.

A ação ocorreu na Rodovia Castelo Branco, próximo ao município de Porto Feliz, e realizada com base em investigação desenvolvida no contexto da Força-Tarefa Missão Redentor II e no âmbito da ADPF 635 (STF), conhecida

como ADPF das Favelas, "com foco na desarticulação logística e financeira de organizações criminosas", informou a PF.

"As operações priorizam o bloqueio de rotas estratégicas utilizadas para o tráfico de drogas e armas, inclusive quando destinadas ao abastecimento de áreas sob influência criminosa", acrescentou.

O preso e o armamento apreendido foram encaminhados à Delegacia de Polícia Federal em Sorocaba, onde foi realizada a "lavratura do auto de prisão em flagrante pelo crime de tráfico internacional de armas de fogo".

**CACHOEIRA SECA**

# Fachin determina desintrusão da Terra Indígena no Pará

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou no domingo passado que o governo federal elabore um plano de desintrusão da Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, localizada no Pará.

Em 2016, o território, que pertence ao povo Arara, foi demarcado, mas ainda enfrenta problemas de desmatamento ilegal, grilagem de terra, violência, além dos impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Conforme a decisão, a União deverá apresentar, no prazo de 90 dias, um plano de retirada de não indígenas da área, que deverá conter um cronograma para a saída de invasores e para indenizar ocupantes de boa-fé que forem identificados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Fachin também exigiu a cria-

ção de um comitê de governança para garantir proteção aos indígenas isolados e de recente contato, grupo do qual faz parte o povo Arara.

O plano também deverá avaliar o cumprimento das condições ambientais que foram acertadas como contrapartida durante a construção de Belo Monte.

Ao determinar as medidas, Fachin disse que a situação da Terra Indígena Cachoeira Seca é um exemplo de violação dos direitos indígenas.

"As medidas referentes à TI Cachoeira Seca conferem concretude e coerência material para que a tutela jurisdicional alcance a realidade em que a omissão estatal se manifesta, evitando que a gravidade vivida pelo povo Arara continue", afirmou.

A decisão foi motivada por uma ação protocolada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

**MINISTRO**

# STJ agenda depoimento de vítimas do caso Marco Buzzi

RAISA TOLEDO/AE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) agendou o depoimento de duas mulheres que acusam o ministro Marco Buzzi de assédio sexual. Com isso, o processo disciplinar aberto pelo tribunal para apurar denúncias contra Buzzi entra na fase de tomada de depoimentos. As duas vítimas serão ouvidas no dia 11 de junho, assim como 20 testemunhas de defesa e de acusação, segundo informações da Agência Brasil.

Marco Buzzi está afastado do

cargo desde fevereiro deste ano. Ele é alvo de processo administrativo disciplinar (PAD) no STJ e de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), por ter foro privilegiado, para apurar as acusações de crimes sexuais supostamente praticados contra as duas mulheres. A defesa do ministro ter negado as acusações.

A primeira denúncia foi feita por familiares de uma jovem de 18 anos, amigos de Buzzi. Segundo os relatos, a vítima passava férias com os pais e a família do ministro no imóvel dele, localizado em Santa Catarina. Lá,

o magistrado teria tentado agarrar a jovem à força.

Após essa acusação, uma assessora do ministro relatou fatos similares. Ela denunciou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cinco episódios em que teria sido assediada sexualmente e ainda um outro de assédio moral durante o período no qual trabalhou no gabinete.

O ministro também é investigado em processo no STF, que analisa o caso na esfera criminal e tramita em sigilo. No fim do mês de março, o procurador-geral da República, Paulo Gonet,

enviou ao ministro Nunes Marquês, relator do caso na Corte, parecer favorável à abertura de inquérito criminal, com envio dos autos à autoridade policial para diligências por 60 dias, sob sigilo, e posterior retorno do caso ao Ministério Público para nova avaliação.

Em meados de abril, o STJ decidiu instaurar o processo disciplinar após a análise das conclusões da comissão de sindicância instaurada em fevereiro. Também foi mantido o afastamento cautelar de Buzzi até a conclusão do processo.

**CRIME SEM CASTIGO**

# Zema é notificado em processo por calúnia movido por Gilmar

GUILHERME MATOS/AE

O pré-candidato à Presidência Romeu Zema (Novo) foi intimado pela Justiça Federal ontem, no processo em que é acusado de calúnia pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. O prazo para manifestação do ex-governador de Minas Gerais é de 15 dias.

A intimação foi expedida pelo juiz federal José Carlos Machado Junior, da Seção Judiciária de Minas Gerais, como desdobramento de uma carta de ordem enviada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde tramita a ação penal. O processo está classificado como crime de calúnia, conforme a consulta processual disponível no portal da Justiça Federal.

O cumprimento foi registrado no sistema nesta segunda-feira, mesmo dia em que o ex-governador publicou um vídeo nas redes sociais reagindo à notificação.

"Fui notificado pela Justiça Federal e adivinha quem é o autor: ministro Gilmar Mendes. Parece que ele não gostou quando eu falei que ele pega carona em jatinho de banqueiro bandido, quando eu falei que outros ministros do Supremo fizeram contratos com esse banqueiro bandido. Acho que todo brasileiro sabe disso", afirmou Zema no vídeo.

"Estou aqui indignado, mas tenho certeza que a justiça vai prevalecer. E se queriam me calar, não vão. Vou continuar mostrando sempre todos esses absurdos que tem acontecido

no Brasil", completou.

**VÍDEO SATÍRICO**

A ação tem origem em um vídeo publicado por Zema no Instagram em 5 de março, no qual os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli são representados como fantoches em um conteúdo que associa os magistrados ao caso Master.

No dia 20 de abril, Gilmar Mendes pediu ao ministro Alexandre de Moraes que incluísse Zema no inquérito das fake news, em tramitação no STF.

O magistrado acusou o ex-governador de Minas Gerais por calúnia devido à associação com a maior fraude financeira da história do País.

No entanto, Zema seguiu publicando vídeos nas redes sociais em série que chamou de "intocá-

veis". Nos posts, os ministros eram parodiados como fantoches com imagens e vozes geradas por Inteligência Artificial.

A Procuradoria-Geral da República (PGR), no entanto, discordou do encaminhamento de Gilmar para inclusão no inquérito das Fake News. Em 15 de maio, o procurador-geral Paulo Gonet denunciou o caso diretamente ao STJ, por entender que o foro adequado é aquele tribunal, uma vez que o crime teria sido praticado no exercício do mandato de governador.

Zema deixou o governo de Minas Gerais em março deste ano para iniciar sua pré-campanha.

O STJ afirmou que o caso está em segredo de justiça e, por isso, não pode prestar informações a respeito.

**CFM**

# Resolução proíbe uso de PMMA por médicos em procedimentos na pele

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Alergia, inchaço, dor intensa, manchas, deformação e perda de partes do corpo, queimaduras, sangramento, queloides, infecções, necrose e até morte. Estas foram algumas das sequelas graves do uso do polimetilmetacrilato (PMMA) apontadas ontem pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para justificar a proibição do uso médico deste material como substância em preenchimentos na pele.

O uso injetável do produto por médicos será proibido oficialmente a partir de hoje, com a publicação da resolução nº 2.461/2026 do CFM no Diário Oficial da União.

O presidente da entidade, José Hiran da Silva Gallo, destacou a importância de coibir o uso deste polímero em procedimentos de preenchimento intradérmico, com finalidade estética ou reparadora. "Essa é uma decisão ética de extrema importância para a segurança da população e, especialmente, do paciente."

A resolução do CFM regula apenas o ato médico e não impõe regras a outras profissões, como explica a relatora da resolução do CFM, a cirurgiã plástica e conselheira Graziela Bonin.

"A partir de agora, qualquer uso do PMMA e a publicidade de que está usando o PMMA passa a ser uma infração, independentemente de eventual dano, independentemente de chegar ao conselho a denúncia de que algum paciente foi prejudicado", diz a médica Graziela Bonin.

**O QUE É O PMMA?**

O PMMA é um material plástico transparente e somente pode ser comercializado se possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Quando usada na estética, no formato injetável, se apresenta no formato de gel com microesferas e funciona como um preenchedor definitivo facial e corporal.

**RISCOS**

Com base nos posicionamentos das sociedades brasileiras de Cirurgia Plástica e de Dermatologia, a relatora da resolução explicou que o PMMA desencadeia uma reação inflamatória crônica.

"Por estar entremeadado nos tecidos onde é injetado, o produto pode levar, ao longo do

tempo, a reações inflamatórias crônicas, formação de granulomas (pequenos nódulos), migração do material e hipercalemia (cálcio) e doença renal crônica", alertou Graziela.

A especialista acrescentou que o risco do uso para preenchimento corporal é diretamente proporcional ao volume injetado no paciente.

A médica detalhou a dificuldade em retirar o produto do corpo do paciente, após as reações. Ao exibir diversos registros de cirurgias que exigiram a remoção de vastas áreas de tecido saudável (como gordura subcutânea e músculos) onde o material se infiltrou, Bonin demonstrou que os procedimentos resultaram na mutilação de grandes áreas dos corpos de pacientes.

"É uma cirurgia muito mutilante. Não tem outra forma de tratar. Às vezes, alguns imunossupressores muito potentes podem ser usados, mas o paciente está fadado a usá-lo ao longo da vida", afirmou.

**EXCEÇÕES**

A única exceção para o uso como preenchimento prevista na resolução do CFM é para o tratamento da lipodistrofia – perda ou redistribuição de gordura no corpo – em pacientes com HIV/aids devido aos anti-retrovirais. Essa técnica de tratamento foi incorporada pelo Ministério da Saúde em 2004. Neste caso, o CFM autoriza a atuação médica somente em unidades de alta complexidade credenciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

**BANIMENTO DO PMMA**

A conselheira destacou que, em janeiro de 2025, o CFM solicitou à Anvisa o banimento total da comercialização do PMMA como preenchedor de corpos e faces. A motivação seriam mortes provocadas pelo uso do PMMA, segundo o CFM, por profissionais não médicos – como biomédicos e odontologistas.

Na ocasião, o CFM também apresentou alternativas ao uso do PMMA como preenchedor. De acordo com a conselheira, a agência reguladora respondeu, por meio de nota técnica, que não via necessidade de intervenção no mercado naquele momento, devolvendo a responsabilidade aos conselhos profissionais.

**SÃO PAULO**

# TJ-SP rejeita pedido de fiscais da Fazenda e dá aval ao Plano de Tarcísio

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou mandado de segurança coletivo de auditores fiscais da Fazenda do Estado e avalizou o Plano Anticorrupção do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), rotulado 'Radar Anticorrupção' - mecanismo que confere à Controladoria-Geral do Estado poderes para um rígido pente fino nas declarações de imposto sobre a renda de agentes públicos, na publicidade das declarações das autoridades da Administração Direta e Indireta e nos procedimentos de apuração preliminar de evolução patrimonial.

A decisão foi tomada em votação unânime pelo Órgão Especial, colegiado de cúpula do TJ. Vinte e quatro desembargadores confirmaram a liminar dada em dezembro passado pelo relator do mandado de segurança coletivo interposto pelo Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas. Apenas não votou, por não ser necessário, o presidente da Corte, desembargador Francisco Eduardo Loureiro.

Na ação, a entidade dos auditores sustentou que compete à Corregedoria da Fiscalização Tributária da Receita estadual, de acordo com a Lei Complementar 1281/2016, o "acompanhamento sistemático da evolução patrimonial dos agentes fiscais de Rendas".

A estratégia do sindicato coincide com a crise na Fazenda, em meio a três grandes operações consecutivas do Ministério Público - Ícaro, Fisco Paralelo e Mágico de Oz - todas defla-

gradas em parceria com o secretário Samuel Kinoshita, chefe da Receita paulista. A Promotoria põe sob suspeita de corrupção cerca de 40 fiscais.

A entidade argumentou que o decreto do Palácio dos Bandeirantes violou a Lei Complementar Estadual nº 1.281, de 14 de janeiro de 2016, ao afastar da Corregedoria da Fiscalização Tributária (Corfisp), braço da Fazenda estadual, a competência para monitorar os bens dos auditores do ICMS, assim como para administrar e acessar o Sistema de Análise e Evolução Patrimonial (SAEP), atribuindo tais funções, de forma exclusiva, à Controladoria Geral do Estado.

Por meio do mandado de segurança coletivo, os fiscais pretendiam a declaração de ilegalidade da norma que criou o 'Radar Anticorrupção', atribuindo à CGE a administração de sistema eletrônico próprio. O sindicato ponderou que a Controladoria passou a ter competência e poder para "administrar e acessar o SAEP de forma exclusiva".

Para eles, a lei 1.281/2016, em seu artigo 3.º, atribui expressamente à Corregedoria Tributária, sem prejuízo das atribuições da Controladoria Geral do Estado, a competência para acompanhar a evolução patrimonial dos agentes fiscais de Rendas. Avaliam que um decreto (no caso, de Tarcísio) não pode inovar na ordem jurídica suprimindo competência estabelecida em lei complementar.

Também alegavam que o ato do governador viola os princípios da legalidade, hierarquia das normas, segurança jurídica, impessoalidade e moralida-

de administrativa, "bem como direitos fundamentais à intimidade, à vida privada e à proteção de dados pessoais" - invocam aqui o artigo 5.º da Constituição de 1988 e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Liminarmente, os fiscais pretendiam a suspensão dos efeitos do Decreto 70.091/2025, via a "declaração de ilegalidade e nulidade do ato normativo impugnado" para que a Corregedoria Tributária permanecesse com sua competência legal de acompanhar a evolução patrimonial dos auditores da Receita Estadual, com administração e acesso ao SAEP.

**COMPETÊNCIAS**

O acórdão do Tribunal de Justiça, no entanto, afasta um a um os argumentos dos auditores. Os desembargadores do Órgão Especial destacam que o decreto questionado ressalva expressamente as carreiras sujeitas a procedimentos administrativos disciplinares regulados por lei especial, preservando as atribuições da Corregedoria Tributária.

Eles rejeitam a versão de que houve uma "inovação normativa" ou supressão de competência legalmente estabelecida. Para o tribunal, o decreto de Tarcísio se harmoniza com a legislação de hierarquia superior, 'afastada violação aos princípios da legalidade e da hierarquia das normas'.

A liminar - agora endossada por unanimidade pelo Órgão Especial - havia sido indeferida em dezembro pelo desembargador José Carlos Ferreira Alves,

relator do mandado de segurança coletivo, sob o fundamento de que o próprio Decreto 70.091/2025 contém ressalva expressa, em seu artigo 16, no sentido de que seguem preservadas as competências das carreiras sujeitas a procedimentos administrativos disciplinares regulados por lei especial, dentre as quais se insere a carreira dos auditores fiscais da Receita Estadual, regida pela Lei Complementar nº 1281/2016.

Nos autos, o governo sustentou a inexistência de direito líquido e certo e afirmou que o decreto não suprimiu a competência da Corregedoria da Fiscalização Tributária, "limitando-se a regulamentar a atuação da Controladoria Geral do Estado, sem afastar as atribuições das corregedorias especiais previstas em lei".

Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pela rejeição da ação dos auditores.

No mérito, os magistrados concluíram que a Lei Complementar Estadual 1281/2016, ao instituir a Corregedoria Tributária, estabeleceu competir a esse órgão o acompanhamento sistemático da evolução patrimonial dos agentes fiscais de Rendas, "sem prejuízo das atribuições da Controladoria Geral do Estado". Ao passo em que o decreto de Tarcísio, ao dispor sobre a apresentação de declarações de imposto de renda e sobre o procedimento de apuração preliminar de evolução patrimonial de agentes públicos, atribuiu à Controladoria Geral do Estado a administração de sistema eletrônico próprio.

## IRREGULARIDADES

# TCE-RJ rejeita contas de 2025 de Cláudio Castro

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) rejeitou, ontem à tarde, as contas do ex-governador Cláudio Castro (PL) referentes ao ano de 2025. A votação, que tinha sido adiada após um pedido de vista na semana passada, terminou com três votos contra a aprovação e um favorável às contas de Castro.

Com o resultado, o parecer prévio desfavorável segue para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que é responsável pela avaliação final do caso.

Votaram pela rejeição o relator revisor José Gomes Graciosa e os conselheiros Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerrren. O único contrário aos demais e a favor da aprovação foi do conselheiro relator Rodrigo Melo do Nascimento.

O voto divergente de Graciosa, que liderou a maioria, apontou cinco irregularidades, 12 impropriedades e indícios



LULA MARQUES/ABRASIL

de inconsistências no balanço patrimonial do estado. Em contrapartida, o relator original, Rodrigo Melo, defendeu a aprovação com ressalvas na se-

mana passada.

A votação do balanço anual começou na quinta-feira passada, mas foi interrompida após um pedido de vista do conse-

lheiro Christiano Lacerda. Ele solicitou mais tempo para análise devido à apresentação de última hora do voto revisor de José Gomes Graciosa.

## INFLUENCIADORA

# Deolane Bezerra tinha cronograma estratégico para ocultar bens do PCC

FAUSTO MACEDO  
E FELIPE DE PAULA/AE

Os bens de luxo apreendidos pela Polícia Civil na residência da influenciadora e advogada Deolane Bezerra dos Santos, suspeita de lavar um "oceano de dinheiro" da cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), não surpreenderam tanto os delegados do caso quanto o documento encontrado em posse dela intitulado "cronograma estratégico e estruturação corporativa", segundo investigadores ouvidos pelo Estadão. O material reúne um passo a passo de como o grupo investigado, ligado diretamente ao líder máximo da facção, Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola 'Narigudo', atuaria para ocultar e dissimular parte do fluxo de caixa do crime organizado.

Os advogados de Deolane afirmaram ao Estadão que estão analisando o relatório final complementar da Polícia Civil, que vincula a empresária a um suposto esquema de lavagem de dinheiro por meio de uma transportadora de valores do interior paulista atribuída ao PCC. A influenciadora nega qualquer relação com a facção e sustenta. "Não sou bandida."

Deolane e outros sete investigados, entre eles Marcola e familiares do líder do PCC, e também um contador e um operador do esquema ligado à influenciadora, foram indiciados pela Polícia Civil de São Paulo na sexta-feira passada, pelos cri-

mes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A defesa de Marcola, conduzida pelo criminalista Bruno Ferrullo, afirmou em nota que "o indiciamento constitui ato investigatório e não implica reconhecimento de culpabilidade".

## 'PLANO ESTRATÉGICO'

As 12 páginas do documento apreendido na residência de Deolane, no condomínio Tambores, na Grande São Paulo, durante a Operação Vénix, deflagrada há duas semanas, indicam, segundo a Polícia Civil, o uso coordenado de empresas de diferentes áreas, como holdings patrimoniais, publicidade, cosméticos e apoio administrativo financeiro para a lavagem de dinheiro do esquema.

Na avaliação da Polícia, esse modelo ajudaria a ocultar a origem do dinheiro, dificultar o rastreamento dos valores e posteriormente reinserir os recursos no mercado formal com aparência de legalidade.

"Da análise do documento apreendido, verifica-se que o material não se limita a simples levantamento cadastral, mas revela verdadeiro plano estratégico de reorganização societária, expansão comercial e adequação regulatória do grupo investigado, com definição de etapas, prazos, status de execução e pessoas jurídicas envolvidas", diz o relatório complementar assinado pelos delegados Edmar Rogério Dias Caparroz e Ramon Euclides Guarnieri Pedrão.

O documento sob escrutínio dos investigadores também cita a empresa DB Santos Apoio Administrativo e Financeiro Ltda, ligada a Deolane. No curso das apurações, a companhia aparecia registrada em um endereço apontado pela Polícia como de fachada, em Martinópolis, no interior paulista, a 440 quilômetros de São Paulo.

No material apreendido com Deolane, porém, a empresa já consta sediada em outro endereço, no Jardim Grimaldi, na zona Leste da capital paulista. Segundo consulta dos policiais à Junta Comercial de São Paulo, a mudança de endereço foi formalizada recentemente, em 22 de abril de 2026. Para os investigadores, isso reforça a suspeita de continuidade das movimentações financeiras e societárias atribuídas ao grupo.

A Polícia também destaca que o documento "Cronograma Estratégico e Estruturação Corporativa - Grupo Deolane", datado de maio passado, menciona medidas imediatas, expansão comercial prevista para julho e alterações recentes em empresas ligadas à estrutura investigada.

Os delegados anotam no relatório parcial encaminhado à Justiça que "o documento apreendido fortalece a hipótese de que o grupo investigado buscava aperfeiçoar mecanismos de lavagem de dinheiro mediante reorganização societária, pulverização empresarial, expansão de atividades comerciais e

utilização de pessoas jurídicas formalmente distintas".

Cadillac, 19 relógios e moeda estrangeira.

As buscas realizadas na residência de Deolane resultaram na apreensão de veículos de luxo, joias, relógios, dinheiro em espécie, moeda estrangeira, aparelhos eletrônicos e documentos considerados relevantes para a investigação. "A apreensão desse conjunto de bens revela a existência de acervo patrimonial de alto padrão, composto por ativos móveis de elevado valor, fácil transporte e potencial liquidez, compatíveis com estratégias de preservação ou conversão patrimonial em contextos de lavagem de capitais", anotam os delegados.

Entre os bens recolhidos estão uma Mercedes-Benz AMG G63, um Jeep Commander Limited, uma Cadillac Escalade e uma Land Rover Range Rover P530. Segundo os investigadores, os veículos estavam registrados em nome de diferentes empresas, o que levantou suspeitas sobre o possível uso de pessoas jurídicas para ocultar patrimônio.

No interior da casa de Deolane também foram apreendidos 19 relógios de alto luxo, diferentes marcas e modelos, além de 40 joias e dinheiro vivo - R\$ 51,4 mil e 1.550 euros. Os agentes recolheram, ainda, celulares, notebooks, MacBooks, iPads, CPUs e computadores iMac, que passarão por uma minuciosa perícia.

## CONGRESSO

# STF reforça exigência de dolo para improbidade administrativa

RAISA TOLEDO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) avançou na última quinta-feira, no julgamento de ações que contestam mudanças promovidas pelo Congresso Nacional na Lei de Improbidade Administrativa. Entre os pontos centrais está a validação da exigência de dolo, a intenção de praticar a irregularidade, para que agentes públicos possam ser responsabilizados por improbidade.

O entendimento, que define que não existe ato de improbidade administrativa culposo e impede que danos causados por imprudência, imperícia ou negligência possam ser enquadrados, já tinha sido firmado em julgamento de repercussão geral. Segundo o relator, ministro Alexandre de Moraes, a análise atual reafirma essa tese e a deixa mais "didática" para o sistema jurídico.

A análise do conjunto de ações ainda não foi concluída. O julgamento foi interrompido e aguarda nova data para ser retomado pelo plenário da Corte. O ministro Dias Toffoli pediu vista (mais tempo para análise) após os magistrados divergirem sobre se a punição de perda da função pública deve atingir apenas a posição que o agente detinha na época do crime ou se deve alcançar o cargo atual.

## ENTENDA ALTERAÇÕES

O plenário do STF validou a lista de condutas passíveis de punição, a exemplo do uso indevido de informações sigilosas e da negativa de publicidade a atos oficiais. Antes da reforma, o texto da lei era mais aberto e permitia interpretações mais amplas pelos tribunais. O Congresso optou por restringir essas hipóteses, o que o STF considerou constitucional. O rol de condutas, antes exemplificativo, torna-se taxativo.

O ministro Luiz Fux ilustrou a necessidade de dolo e a taxatividade dos atos e afirmou que é preciso diferenciar o administrador ímprobo, que age com dolo e má-fé, do administrador incompetente, que comete falhas técnicas ou age por falta de preparo, sem intenção de lesar o erário.

Ele citou como exemplos casos em que prefeitos foram processados por improbidade por doar o estoque de medicamentos a um município vizinho que padecia de uma virose, e por alugar um espaço sem licitação para a emissão de carteiras de trabalho aos cidadãos, o que configurou falha formal na contratação.

O STF derrubou ponto que previa que sócios, dirigentes e terceiros ligados a empresas privadas só podiam ser responsabilizados se beneficiados diretamente pelos atos de improbidade. Agora, a responsabilização por participação dolosa pode ocorrer em caso de benefício direto ou indireto.

Exemplo citado pelo ministro André Mendonça que fica passível de punição é o que um gestor direciona uma licitação para beneficiar uma pessoa amiga com o envolvimento, em conluio, de outras empresas para dar aparência de legalidade ao processo. Os sócios dessas outras empresas não obtêm benefício financeiro direto, mas participam da fraude de forma dolosa.

O plenário da Corte manteve a cláusula de divergência interpretativa, dispositivo segundo o qual um agente público não pode ser punido por agir com base em uma interpretação da lei que, naquele momento, era aceita pela Justiça.

A proteção não se aplica em casos de dolo ou erro grosseiro do gestor e, para que seja válida, é preciso que esteja fundamentada em entendimentos pacificados de tribunais superiores ou, na ausên-

cia deles, decisões colegiadas transitadas em julgado de tribunais de segunda instância.

As exceções, explicou Alexandre de Moraes, foram adotadas para evitar que um agente público possa usar uma liminar, decisão judicial de caráter urgente e provisório, como "escudo" para praticar atos ilícitos e evitar a responsabilização posterior.

Durante o julgamento do dia 28 de maio, também caiu trecho da lei segundo o qual empresas ou pessoas condenadas ficavam impedidas de contratar com o poder público apenas no órgão ou ente da federação diretamente prejudicado.

Uma empresa punida por fraude contra um município ainda poderia firmar contratos com governos estaduais ou com a União. Agora, fica vedado para toda a administração pública: municípios, Estados e governo federal.

## LEI DE IMPROBIDADE

A Lei de Improbidade Administrativa está em vigor desde 1992 e prevê punições para agentes públicos envolvidos em práticas ilegais que atentem contra os princípios da administração pública ou provoquem prejuízo ao erário.

A reforma, aprovada em 2021, alterou pontos considerados centrais do modelo, o que levou à judicialização das mudanças no Supremo.

Como mostrou o Estadão, as mudanças levaram à queda do número de processos contra agentes públicos no País. De 2021 a 2023, a quantidade de novas ações judiciais por improbidade administrativa caiu 42%, segundo o Anuário do Ministério Público Brasil 2024, da Editora Consultor Jurídico.

Na visão de integrantes do Ministério Público, a mudança dificulta a punição de irregularidades em todas as esferas do governo.

Pernambuco registra segundo caso de ataque de tubarão em dois dias

Uma mulher sofreu uma mordida de tubarão na tarde de ontem na praia de Boa Viagem, no Recife, um dia após um garoto de 11 anos ser mordido em caso parecido no domingo, em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana da capital pernambucana.

O ataque desta segunda ocorreu por volta das 15h10 e a vítima foi uma mulher de 19 anos. O Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atender a jovem, que levou uma mordida na perna.

A vítima foi levada para o Hospital Alfa, que fica no bairro de Boa Viagem, o mesmo da praia. Após o atendimento inicial, a paciente foi transferida para o Hospital da Restauração, no centro de Recife.

No domingo, um garoto de 11 anos foi mordido por um tubarão enquanto tomava banho de mar na praia de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes. O garoto foi levado inicialmente ao Hospital da Aeronáutica e, depois, transferido para o Hospital da Restauração para cirurgia. Segundo informações médicas, seu estado é grave, mas estável.

Com esses dois casos, Pernambuco chegou a 84 ataques de tubarão desde 1992, quando começou a série histórica, de acordo com o Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarão (Cemit). A praia de Boa Viagem teve 25 ataques e tem o maior número de casos.

Especialistas em biologia marinha afirmam que "não há uma causa única" e sim "um conjunto de fatores" que tornam a região mais propensa a essas ocorrências.

## PNEUMOTÓRAX

# Governadora Celina Leão, do Distrito Federal, tem alta e retoma agenda

RAISA TOLEDO/AE

A governadora do Distrito Federal Celina Leão (PP) recebeu alta médica na manhã de ontem, e retomou a agenda de compromissos oficiais. Ela estava internada no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, desde sábado e tratava um pneumotórax, quadro em que há presença de ar no espaço entre o pulmão e a parede torácica.

Ela retomará às atividades com ritmo reduzido, conforme orien-

tação médica. "A gente vai adaptar a agenda à minha condição física, com a liberação do meu médico; vou tentar fazer todas as agendas que eu der conta de fazer", declarou ao deixar o hospital.

A governadora participou nesta segunda da abertura de programa que disponibiliza gabinete móvel itinerante com serviços públicos, em Ceilândia. "Meu médico não queria, mas o que me deixa viva é minha força de trabalho", afirmou em imagens postadas em seu perfil no Instagram.

Celina começou a apresentar sintomas febre, dores no corpo e falta de ar na última quinta-feira. Ela foi admitida na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e submetida a um procedimento de drenagem. Um exame mostrou resultado satisfatório do procedimento.

O pneumotórax ocorre quando há acúmulo de ar entre o pulmão e a parede torácica, na chamada cavidade pleural. A condição pode provocar colapso parcial ou total do pulmão e causar

sintomas como dificuldade para respirar, dor súbita no peito e sensação de aperto na região torácica.

Celina assumiu o governo do Distrito Federal no mês de maio, após a renúncia de Ibaneis Rocha (MDB), de quem era vice, para concorrer a uma vaga no Senado. Os dois romperam na esteira da crise provocada pelo envolvimento do Banco Regional de Brasília (BRB), controlado pelo governo do DF, no escândalo do Banco Master.

**FRANÇA**

## Macron diz que Marinha interceptou navio-tanque da Rússia

A Marinha da França, com apoio do Reino Unido, interceptou um petroleiro sob sanções internacionais que viajava a partir do porto da Rússia de Murmansk, no mais recente esforço de países que apoiam a Ucrânia para atingir as exportações de petróleo russas que ajudam a financiar a guerra iniciada pelo presidente russo, Vladimir Putin.

O presidente francês, Emmanuel Macron, anunciou a interceptação dizendo que o navio-tanque Tagor foi abordado no domingo passado, a mais de 400 milhas náuticas a oeste da França, em águas internacionais no Atlântico. "É inaceitável que embarcações contornem sanções internacionais, violem o direito do mar e financiem a guerra que a Rússia vem travando há mais de 4 anos contra a Ucrânia", disse. "Esses navios, que não respeitam as regras mais elementares de navegação marítima, também são uma ameaça ao meio ambiente e à segurança de todos", acrescentou.

Respondendo à intercepta-

ção francesa, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que a Rússia "considera tais ações ilegais" "Elas beiram a pirataria. Discordamos absolutamente de que estejam sendo realizadas em plena conformidade com o direito internacional", criticou.

A receita do petróleo é uma parte fundamental da economia russa, permitindo que Putin despeje dinheiro no esforço de guerra contra a Ucrânia sem agravar a inflação e evitando um colapso cambial. Acredita-se que a Rússia esteja usando uma frota de centenas de navios para driblar as sanções internacionais impostas por causa da guerra.

A França e outros países prometeram reprimir essa chamada "frota sombra" que burla sanções. Entre os petroleiros previamente interceptados pela França está o Deyna, abordado no Mar Mediterrâneo em março. Outro petroleiro, o Grinch, interceptado no Mediterrâneo em janeiro, foi liberado em fevereiro após pagar uma multa de vários milhões de euros.

**INVESTIMENTOS**

## Kast fixa metas de crescimento e emprego para 2030 no Chile

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Chile, José Antonio Kast, estabeleceu ontem, metas econômicas para o fim da década, incluindo crescimento anual de 4% e redução da taxa de desemprego para 6% até 2030. Durante sua primeira prestação de contas ao Congresso, o mandatário afirmou que o objetivo é reativar a economia e recuperar ao menos 300 mil postos de trabalho no país.

As metas fazem parte da chamada Lei de Reconstrução Nacional, principal iniciativa econômica do governo. Kast voltou a defender o projeto, afirmando que a expansão da atividade é fundamental para melhorar as condições sociais. Segundo ele, o crescimento econômico não é um objetivo em si, mas um instrumento para ampliar o emprego, o empreendedorismo e a oferta de serviços públicos.

O presidente também anunciou uma reforma voltada à redução da burocracia e à revisão do sistema tarifário de energia elétrica, além de novas medidas para agilizar a concessão de li-

cenças e autorizações para investimentos. Segundo Kast, o governo conseguiu reduzir significativamente os prazos de análise de projetos e destravar empreendimentos que permaneciam paralisados por disputas administrativas.

De acordo com o mandatário, mais de US\$ 22 bilhões em investimentos ingressaram no país desde março. Ele destacou ainda que maio registrou o maior volume de investimentos aprovados dos últimos 11 anos, somando US\$ 13,9 bilhões. "Resolvemos 60% dos investimentos que estavam travados por essa via e reduzimos em 45% os tempos de resolução", afirmou.

Na área social, Kast anunciou a criação de um auxílio para famílias de baixa renda com filhos de até 13 anos. O benefício será destinado a lares que integrem os 80% mais vulneráveis do Registro Social de Domícilios e prevê pagamento de 30 mil pesos chilenos (US\$ 33,60) por criança. Segundo o governo, a medida busca amenizar o impacto do aumento do custo de vida sobre as famílias mais afetadas.

**SEM PACIÊNCIA**

## Irã emite alerta para moradores do norte de Israel

PEDRO LIMA/AE

O Quartel-General Central Khatam al-Anbiya, ligado à Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês), alertou ontem, moradores do norte de Israel e de assentamentos militares a deixarem a região caso o governo israelense amplie suas operações no Líbano, elevando a tensão no Oriente Médio. Em comunicado, o comando militar afirmou que o primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, ameaçou bombardear Dahieh, subúrbio ao sul de Beirute, e outras áreas da capital libanesa, além de emitir alertas para a re-

tirada de moradores locais.

Segundo o texto, caso essas ameaças sejam executadas, os residentes de áreas do norte de Israel e de localidades militares nos "territórios ocupados" devem abandonar a região para evitar sofrer danos. O comunicado acusa Israel de promover repetidas violações do cessar-fogo. Também ontem, o conselheiro militar do líder supremo do Irã, aiatolá Mojtaba Khomeini, Mohsen Rezaei, elevou o tom das advertências contra Israel e seus aliados. Em publicação no X, Rezaei afirmou que o Estreito de Ormuz está "sob gestão do Irã" e declarou que Teerã não permitirá a continuidade.

**COLÔMBIA**

# Gustavo Petro não reconhece resultado eleitoral preliminar

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro (foto), não reconheceu o resultado preliminar, apurado por empresas privadas, das eleições presidenciais colombianas de domingo passado. A chamada pré-contagem deu uma vantagem de quase 800 mil votos ao candidato da oposição.

"Não aceito os resultados da contagem preliminar da empresa privada dos irmãos Bautista, porque, apesar de os algoritmos do software de contagem e apuração deverem permanecer estáticos, foram alterados três vezes na última semana, adicionando 800 mil fichas de inscrição eleitoral pertencentes a pessoas não incluídas no censo oficial", disse o presidente, em uma rede social.

Segundo pré-contagem divulgada pelo Registro Nacional de Estado Civil, o candidato da oposição de extrema-direita Abelardo de La Espriella ficou com 43,7% dos votos (10.361.499), enquanto o governista de esquerda Ivan Cepeda teve 40,9% (9.688.361). As pesquisas de intenção de voto vinham dando o presidencial Cepeda a frente.

Na Colômbia, onde o voto não é obrigatório, compareceram às urnas 57,8% dos mais de 41 milhões de eleitores. Brancos e nulos somaram cerca de 3%. O segundo turno está marcado para o dia 21 de junho.

A contagem preliminar na Colômbia não tem validade legal e tem caráter meramente informativo, "por isso não se pode considerar como documento eleitoral que definam uma eleição", segundo o Registro que divulga os dados.

O presidente Gustavo Petro afirmou que existem dois censos na Colômbia: o oficial e o software dos irmãos Bautista que, segundo ele, teriam incluído 800 mil pessoas adicionais.

"As seções eleitorais já con-



WIKIPÉDIA

testadas demonstram que centenas de milhares de votos foram adicionados sem a existência de eleitores inscritos. Portanto, e de acordo com a lei, os resultados vinculativos que o presidente considerará e aceitará são os das comissões eleitorais supervisionadas pelos juízes da República", disse Petro.

O presidente se refere aos empresários Felipe, Camilo e Fernando Bautista, donos da empresa de tecnologia Thomas Greg & Sons, uma das responsáveis pela contagem preliminar. Outra empresa que participa desse processo é a espanhola Indra.

Esse tipo de pré-contagem ocorreu nas eleições anteriores e vinha sendo criticada já pelo presidente Petro, informou o especialista em política colombiana Matheus Petrelli, pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

"Essa contagem está prevista

na legislação e já ocorreu previamente, mas não tem validade jurídica. O resultado oficial é contado por comissões escrutinadoras e saem, geralmente, entre duas semanas e um mês", destacou Petrelli.

**OPOSIÇÃO**

O candidato que ficou em primeiro colocado na pré-contagem, Abelardo de La Espriella, criticou a posição do governo Petro, citou risco à democracia e pediu que os Estados Unidos (EUA) acompanhem o segundo turno na Colômbia.

"Ele quer desestabilizar o país e abrir caminho para incendiar a Colômbia. Vamos permitir? Vamos defender a pátria com a razão ou com a força. Que os Estados Unidos da América e países democráticos vigiem esse segundo turno", afirmou em discurso após a divulgação do resultado.

**ESQUERDA**

O candidato do Pacto Histórico, coalizção que atualmente

governa a Colômbia, Ivan Cepeda, afirmou que há uma discrepância que eles querem verificar e somente após essa verificação é que comentará o resultado divulgado.

"Estamos falando de 885 mil fichas de inscrição eleitoral. Há informações e indícios sobre um número indeterminado de seções eleitorais. Estamos verificando, com nosso mecanismo de segurança de observação eleitoral, exatamente quantas seções onde ocorreram, segundo relatos iniciais, padrões de votação atípicos", disse em discurso após a divulgação dos dados preliminares.

**COLÔMBIA**

A depender do resultado, a Colômbia, o segundo país mais populoso da América do Sul, atrás apenas do Brasil, pode se alinhar mais estreitamente à política dos Estados Unidos (EUA) para a região.

Outra opção é dar continuidade ao governo do Pacto Histórico, bloco partidário do atual presidente Gustavo Petro, o primeiro chefe de Estado de esquerda da história do país caribenho, que não pode se candidatar porque não há reeleição na Colômbia.

O também mestrando em economia política internacional Matheus Petrelli lembra que a Colômbia é um país estratégico na América do Sul por ter saída para o Pacífico e Caribe, sendo peça importante no contexto americano.

"O Petro tentou muito se vincular politicamente ao Lula no contexto regional, em pautas ambientais e sociais. A eleição do seu sucessor representa a manutenção dessa proximidade. Já a eleição de Abelardo representaria a retomada do processo de vínculo mais estreito com os EUA", disse.

Até a eleição de Petro, em 2022, a Colômbia era considerada uma das principais aliadas de Washington na América do Sul.

**GUERRA**

## Irã não aceitará transferir material nuclear para os Estados Unidos

PEDRO LIMA/AE

Autoridades iranianas indicaram ontem que persistem divergências com os Estados Unidos nas negociações nucleares e sobre o futuro do Estreito de Ormuz, ao mesmo tempo em que elevaram o tom contra Washington e Israel em relação ao cessar-fogo no Líbano.

Saeed Ajorlou, integrante da equipe de mídia da delegação negociadora iraniana, afirmou que, nas fases iniciais das conversas, os EUA exigiram a transferência dos materiais nucleares iranianos para território americano, proposta rejeitada por Teerã. Segundo ele, a versão

mais recente da proposta americana abandonou referências explícitas à transferência ou ao descarte desses materiais, passando a utilizar termos como "definição do destino", "destino dos materiais" ou "resolução da questão dos materiais".

"Em relação aos materiais nucleares, não assumiremos qualquer compromisso de descarte ou transferência para os Estados Unidos", disse Ajorlou. Sobre Ormuz, acrescentou que ainda existem divergências e que a posição iraniana é de que a gestão do estreito permaneça sob controle do Irã.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmail Bag-

haei, também rejeitou qualquer possibilidade de negociação sobre a capacidade militar do país.

Ao comentar declarações do presidente da França, Emmanuel Macron, sobre o programa de mísseis iraniano, afirmou que os europeus precisam "atualizar suas informações", ressaltando que Teerã não está disposto a discutir temas ligados à sua defesa nacional.

Em meio às tensões, o ministro das Relações Exteriores, Abbas Araghchi, escreveu que o cessar-fogo entre Irã e EUA é "inequivocamente um cessar-fogo em todas as frentes, incluindo o Líbano", acrescentando que qualquer violação cons-

titui violação do acordo como um todo.

"Os EUA e Israel são responsáveis pelas consequências de qualquer violação", afirmou. Na mesma linha, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, acusou os dois países de descumprirem o cessar-fogo por meio do bloqueio naval e da escalada de ações militares no Líbano.

Também ontem, a Marinha da Guarda Revolucionária (IRGC) informou que 15 embarcações, incluindo quatro petroleiros, atravessaram o Estreito de Ormuz nas últimas 24 horas após obterem autorização das autoridades iranianas.

## Paquistão diz que Irã solicitou continuidade da mediação para reduzir tensões no Oriente

POR DARLAN DE AZEVEDO

O vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores do Paquistão, senador Ishaq Dar, manteve uma conversa telefônica ontem, com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, e afirmou que o país persa pediu a continuidade da mediação paquistanesa para reduzir as tensões no Oriente Médio.

O contato ocorreu após a agência iraniana Tasnim informar que a equipe negociadora de Teerã havia suspendido a troca de mensagens com os Estados Unidos por meio de mediadores, em razão dos ataques de Israel contra o Líbano.

Segundo publicação no X do Ministério das Relações Exteriores do Paquistão, Araghchi manifestou profunda preocupação

com os acontecimentos recentes na região, incluindo supostas violações do cessar-fogo no Líbano por parte de Israel e ordens emitidas pelo governo israelense relacionadas a uma possível ação militar em áreas de Beirute.

O chanceler iraniano elogiou, segundo a publicação, o papel construtivo do Paquistão na diplomacia regional e solicitou que Islamabad con-

tinue utilizando seus canais diplomáticos para ajudar nos esforços de redução das tensões e na manutenção do cessar-fogo.

Por sua vez, Ishaq Dar expressou a preocupação do Paquistão com a situação e ressaltou a importância de preservar o cessar-fogo para evitar o colapso dos entendimentos existentes, impedindo uma nova escalada do conflito.